

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019

Porto Alegre
Março/2020

Lista de siglas e abreviações

ANS - Acordo de Nível de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

DFT - Dimensionamento da Força de Trabalho

DG - Diretoria-Geral do TRE-RS

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito

EAD - Ensino à Distância

FOC - Fiscalização de Orientação Centralizada

IGov - Índice de governança instituído pelo Tribunal de Contas da União

IGP-RS - Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul

IN - Instrução Normativa

JE - Justiça Eleitoral

LAI - Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011)

LOA - Lei Orçamentária Anual

PAA - Plano Anual de Auditoria

PJe - Processo Judicial Eletrônico

PLS - Plano de Logística Sustentável

PQVT - Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

RAE - Reuniões de Avaliação da Estratégia

RS - Rio Grande do Sul

SCI - Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE-RS

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal



SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças do TRE-RS

SPCE - Sistema de Prestação de Contas Eleitorais

SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

TJ-RS – Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UG – Unidade Gestora



Lista de gráficos e figuras

Figura 1 – Modelo de Negócios	11
Figura 2 – Cadeia de Valor	12
Figura 3 – Estrutura Organizacional Administrativa	13
Figura 4 – Matriz de Materialidade.	16
Figura 5 – Governança Corporativa	20
Figura 6 – Mapa da Biometria no Rio Grande do Sul	42
Gráfico 1 – Resultado Geral da Autoavaliação da Organização	26
Gráfico 2 – Orçamento e Execução Orçamentária 2019	44

Sumário

Apresentação	7		
1. Visão Geral	9		
1.1. Missão, Visão de Futuro e Valores Institucionais .	10		
1.2. Competências Organizacionais	11		
1.3. Modelo de Negócios e Cadeia de Valor	11		
1.4. Estrutura Organizacional.....	13		
1.5. Relacionamento com a Sociedade	15		
1.6. Matriz de Materialidade	16		
2. Estratégia e Governança	17		
2.1. Planejamento Estratégico.....	18		
2.2. Governança Corporativa	20		
2.3. Mecanismos e Ações que Visam a Garantir a Legalidade e proporcionar Economia, Eficiência, Eficácia e Legitimidade dos Atos	21		
2.4. Planejamento de Recursos.....	22		
2.5. Principais Programas e Projetos	24		
2.5.1. Projeto Biometria	24		
2.5.2. Processo Judicial Eletrônico – PJe	24		
2.5.3. Programa Eleições 2020	24		
2.5.4. Campanha Eleições 2020: A Justiça Eleitoral na Trilha da Cidadania	25		
2.6. Perfil de Governança e Gestão	26		
3. Riscos, Oportunidades e Perspectivas	28		
3.1. Visão Geral do Modelo de Gestão de Riscos.....	29		
3.2. Principais Riscos e Oportunidades.....	30		
3.3. Perspectivas	33		
4. Resultados e Desempenho da Gestão	34		
4.1. Objetivos Estratégicos	35		
4.2. Principais Programas e Projetos	42		
4.2.1. Projeto Biometria	42		
4.2.2. Processo Judicial Eletrônico – PJe	43		

4.2.3. Programa Eleições 2020	43	4.4.5. Eleições Comunitárias – 2019	58
4.2.4. Campanha Eleições 2020: A Justiça Eleitoral na Trilha da Cidadania	43	4.4.6. Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT.....	58
4.3. Resultados das Áreas Relevantes de Gestão	44	5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis....	59
4.3.1. Gestão Orçamentária e Financeira	44	5.1. Estrutura Contábil	60
4.3.2. Gestão de Pessoas	46	5.2. Situação Financeira Contábil e Evolução no Exercício	60
4.3.3. Gestão de Licitação e Contratos.....	50	5.2.1 Principais Fatos Relativos à Situação Financeira do TRE-RS.....	61
4.3.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura	52	5.3. Avaliação dos Custos e Resultados Financeiros ...	61
4.3.5. Gestão da Tecnologia da Informação	53	Glossário	62
4.3.6. Gestão de Custos.....	54		
4.3.7. Sustentabilidade	54		
4.4. Outros Resultados.....	56		
4.4.1. Renovação das Eleições – 2019	56		
4.4.2. Metas	56		
4.4.3. Ranking da Transparência.....	57		
4.4.4. Prêmio CNJ de Qualidade.....	57		



DESEMBARGADORA MARILENE BONZANINI
Presidente do TRE-RS

Apresentação

A Justiça Eleitoral possui missão imprescindível e de relevante importância no desenvolvimento das instituições democráticas.

Nosso país se orgulha de ter uma Justiça Eleitoral respeitada, consolidada e determinada a realizar com grandeza o seu papel na construção da cidadania, garantindo uma maior participação de todos os membros da sociedade com foco na inclusão e respeito às diferenças.

Por isso, em 2019, nossas atividades tiveram ênfase nas ações dirigidas à educação e construção da cidadania, cadastramento biométrico, além da implantação do processo judicial eletrônico em todas as zonas eleitorais, promovendo a economicidade e celeridade na prestação jurisdicional.

Em relação à participação das minorias no processo eleitoral, sabemos que muito ainda há a ser feito. Especificamente quanto às mulheres, temos consciência de que a participação feminina na política ainda é por demais tímida, sendo urgente que se avance nesse sentido, o que tem sido incentivado pelo TRE-RS.

Outro compromisso de nosso Tribunal foi a adequação do edifício Joaquim Francisco de Assis Brasil, assim denominado em honra ao gaúcho patrono da Justiça Eleitoral. A futura sede física simboliza a conquista de várias administrações. O prédio está sendo preparado para receber cartórios eleitorais da capital, central de atendimento ao eleitor e as secretarias, concentrando endereços e dispensando gastos com locação. Paralelamente, o atual prédio também está sendo modernizado visando a um melhor aproveitamento, com salas de treinamento, memorial, auditório, biblioteca, escola judiciária entre outros, sempre com o objetivo de buscar a excelência dos serviços prestados ao cidadão.

Diante do exposto, apresentamos este relatório de gestão no qual são demonstrados os principais resultados institucionais alcançados em 2019. É uma prestação de contas à sociedade e foi construído de forma integrada e acessível ao cidadão, com base em um pensamento coletivo e sistêmico sobre a gestão organizacional. Sua elaboração considerou, inicialmente, o que foi planejado para o exercício e, posteriormente, foram relatados os resultados alcançados pelas áreas de maior relevância da instituição, obtidos com a execução do planejamento. A estrutura do documento atende aos requisitos da Decisão Normativa – TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019.

Assim, com profundo respeito e satisfação, entregamos à sociedade o Relatório de Gestão do TRE-RS.



DESEMBARGADORA MARILENE BONZANINI

01



Visão Geral

1. Visão Geral

O **Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)** é um órgão do Poder Judiciário da União e está vinculado e subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sua jurisdição abrange os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, onde atende a uma população de 11,4 milhões de pessoas, dentre as quais 8,3 milhões de eleitores.

Tem como finalidade¹ garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, fortalecendo a democracia. Para tanto, atua basicamente em duas frentes: jurisdicional e administrativa. No plano jurisdicional, julga matérias referentes à legislação eleitoral. Na esfera administrativa, administra o cadastro eleitoral, um dos maiores do país, e gerencia e operacionaliza as eleições.

Dessa atuação, a sua maior e mais complexa atividade é a realização das eleições, pois envolve planejar, organizar, controlar e fiscalizar o pleito, além de proclamar e diplomar os eleitos, tornando possível coletar e apurar a vontade política dos cidadãos. Ordinariamente, as eleições ocorrem no primeiro e, se necessário, último domingo de outubro dos anos pares, alternando entre as eleições municipais (prefeito, vice-prefeito e vereadores) e eleições gerais (presidente, vice-presidente, senadores, deputados federais e estaduais), conforme a [Lei 9.504/97](#).

Em termos de estrutura e competências, a Justiça Eleitoral está amparada na Constituição Federal, principalmente nos [artigos 118 a 121](#), e no Código Eleitoral ([Lei 4.737/65](#)). Especificamente, as atividades do TRE-RS estão definidas no [Regimento Interno](#) e no [Regulamento Interno da Secretaria](#).

¹ O TRE-RS não possui capital social e participação em outras sociedades, assim como não propõe ou implementa políticas e programas de governo.

1.1. Missão, Visão de Futuro e Valores Institucionais

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, fortalecendo a democracia.

Visão

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

Valores

Acessibilidade: facilitar o acesso aos serviços da Justiça Eleitoral.

Celeridade: entregar resultados com rapidez e qualidade.

Credibilidade: atuar com idoneidade, gerando confiabilidade a todas partes interessadas.

Ética: agir sob os princípios da moralidade, honestidade e integridade.

Imparcialidade: garantir que as ações sejam tomadas com isenção, equidade e justiça.

Inovação: estimular a criatividade e a busca de soluções diferenciadas.

Probidade: agir com responsabilidade e foco no interesse público.

Respeito Humano: tratar as pessoas com cortesia, atenção e respeito às suas diferenças.

Responsabilidade Socioambiental: atuar de forma proativa e considerando os impactos na sociedade e meio ambiente.

Transparência: garantir clareza e publicidade dos atos e informações institucionais.

1.2. Competências Organizacionais

A partir dos valores institucionais, da missão e da visão de futuro, o TRE-RS mapeou e definiu suas competências organizacionais, que são o conjunto de conhecimentos, habilidades, tecnologias e valores necessários para que a organização possa gerar benefícios à sociedade:



Prestar atendimento rápido, eficiente, humanizado e acessível aos cidadãos brasileiros.



Organizar eleições com transparência, segurança, agilidade e eficiência.



Gerenciar o cadastro eleitoral, de forma a garantir a integridade e a confiabilidade das informações.



Realizar a prestação jurisdicional com celeridade, imparcialidade e eficiência.

1.3. Modelo de Negócios e Cadeia de Valor

O Modelo de Negócios do TRE-RS representa como a instituição gera valor para seus usuários por meio do inter-relacionamento entre insumos, atividades, produtos, impactos e seus destinatários.

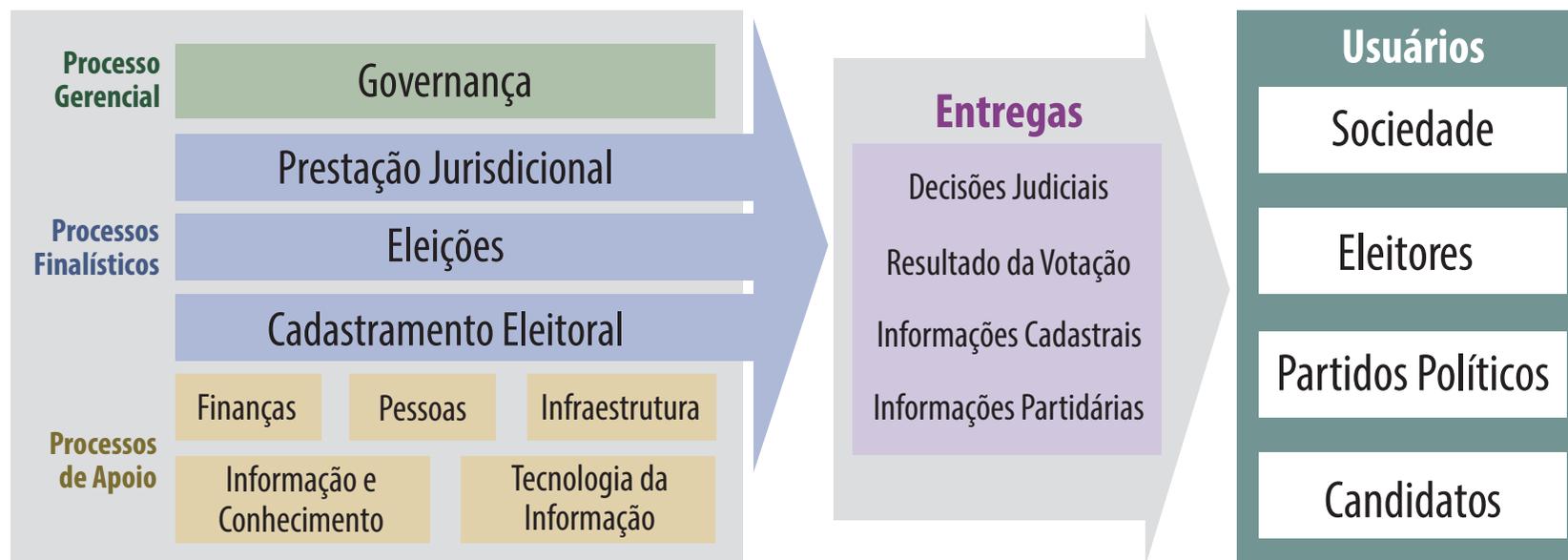
Figura 1 - Modelo de Negócios



Fonte: TRE-RS

A Cadeia de Valor descreve os principais processos de trabalho (gerenciais, finalísticos e de apoio) e os produtos (entregas) que contribuem para o alcance dos resultados aos usuários.

Figura 2 - Cadeia de Valor



Fonte: TRE-RS

O **processo gerencial** (Governança) trata das decisões da alta administração, ligadas às estratégias, ao estabelecimento de diretrizes e ao controle organizacional.

Os **processos finalísticos** entregam valor diretamente aos clientes externos. Representam as atividades essenciais que a organização desempenha para cumprir sua missão. São elas:

- **Prestação jurisdicional:** julgar matérias referentes à legislação eleitoral.

- **Eleições:** planejar, organizar, controlar e fiscalizar o pleito, proclamar e diplomar os eleitos, além de viabilizar o atendimento das necessidades de bens e serviços relativos ao andamento das eleições.

- **Cadastramento eleitoral:** gerir o cadastro eleitoral, mantendo-o atualizado e com informações fidedignas. Integra, também, os serviços relativos à anotação e à verificação de regularidade de atos dos partidos políticos, como prestação de contas, propaganda partidária, filiação, além de criação e transformação de partidos.

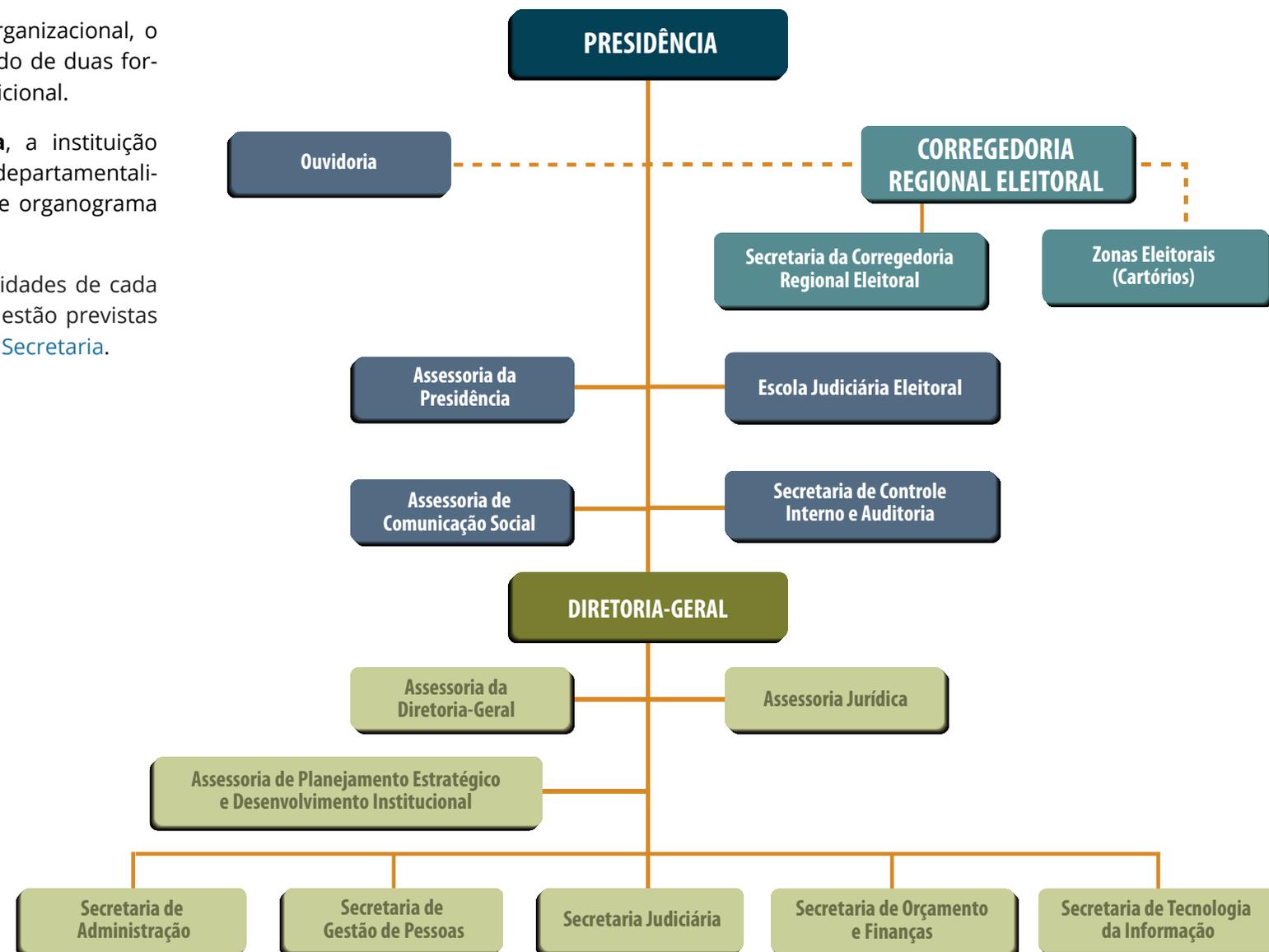
1.4. Estrutura Organizacional

Em termos de estrutura organizacional, o TRE-RS pode ser apresentado de duas formas: administrativa e jurisdicional.

Na esfera administrativa, a instituição apresenta uma estrutura departamentalizada por funções, conforme organograma a seguir.

As atividades e responsabilidades de cada unidade interna do TRE-RS estão previstas no [Regulamento Interno da Secretaria](#).

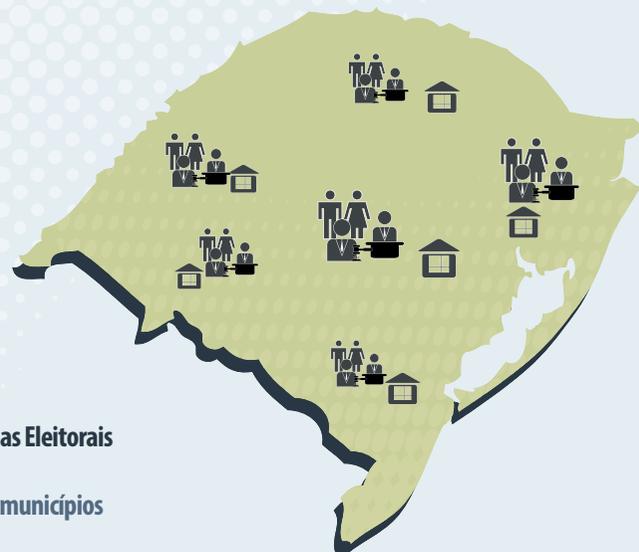
Figura 3 - Estrutura Organizacional Administrativa



Fonte: TRE-RS

Na esfera **jurisdicional**, a Justiça Eleitoral gaúcha está dividida em duas instâncias: 1º e 2º graus.

1º GRAU DE JURISDIÇÃO



-  165 Zonas Eleitorais
-  em 140 municípios
-  das 497 cidades do estado.

O primeiro grau julga os crimes e demais ilícitos eleitorais, além de processar e julgar os feitos referentes às Eleições Municipais. Suas demais competências estão previstas no artigo 35 do [Código Eleitoral](#).

Em cada zona eleitoral atuam: um juiz de direito vinculado ao Tribunal de Justiça estadual, um promotor, representando o Ministério Público local, e os servidores, do quadro próprio do TRE-RS e requisitados de outros órgãos públicos.

2º GRAU DE JURISDIÇÃO



-  Presidente - desembargador do TJ-RS
-  Vice-presidente e Corregedor - desembargador do TJ-RS
-  Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região
-  Juizes do TJ-RS
-  Advogados de Notório Saber Jurídico

Órgão colegiado (Pleno), com sede na capital, cujas principais atribuições são julgar os recursos interpostos das decisões de 1º grau e processar e julgar os feitos referentes às eleições gerais, entre outras funções descritas nos artigos 29 e 30 do [Código Eleitoral](#).

Conforme artigos 25 a 27 do Código Eleitoral, o Pleno é composto por 7 membros. Junto a ele atua o Procurador Regional Eleitoral, escolhido dentre os procuradores da república do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul.

1.5. Relacionamento com a Sociedade

www.tre-rs.jus.br

É a principal fonte de informações para a sociedade. Nele, é possível obter informações, serviços e notícias da Justiça Eleitoral gaúcha.

Telefone: 51 3294.9000

Carta de Serviços ao Cidadão

Informa à população sobre os compromissos da instituição, seus padrões de atendimento, serviços prestados e as formas de acessá-los, assim como os locais e horários de funcionamento.

Radioweb TRE Gaúcho

Transmissão ao vivo das sessões plenárias do TRE-RS e de programas relacionados à Justiça Eleitoral.

Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão

Tem como objetivo receber denúncias, sugestões e elogios, além de fornecer informações com base na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011). Os requerimentos devem ser feitos por meio do [Formulário eletrônico](#) ou encaminhados para a rua Duque de Caxias, n. 350, bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS – CEP 90.010-280.

E-mail: ouvidoria@tre-rs.jus.br

Telefone: (51) 3294.8457



Facebook



Twitter



Instagram



YouTube

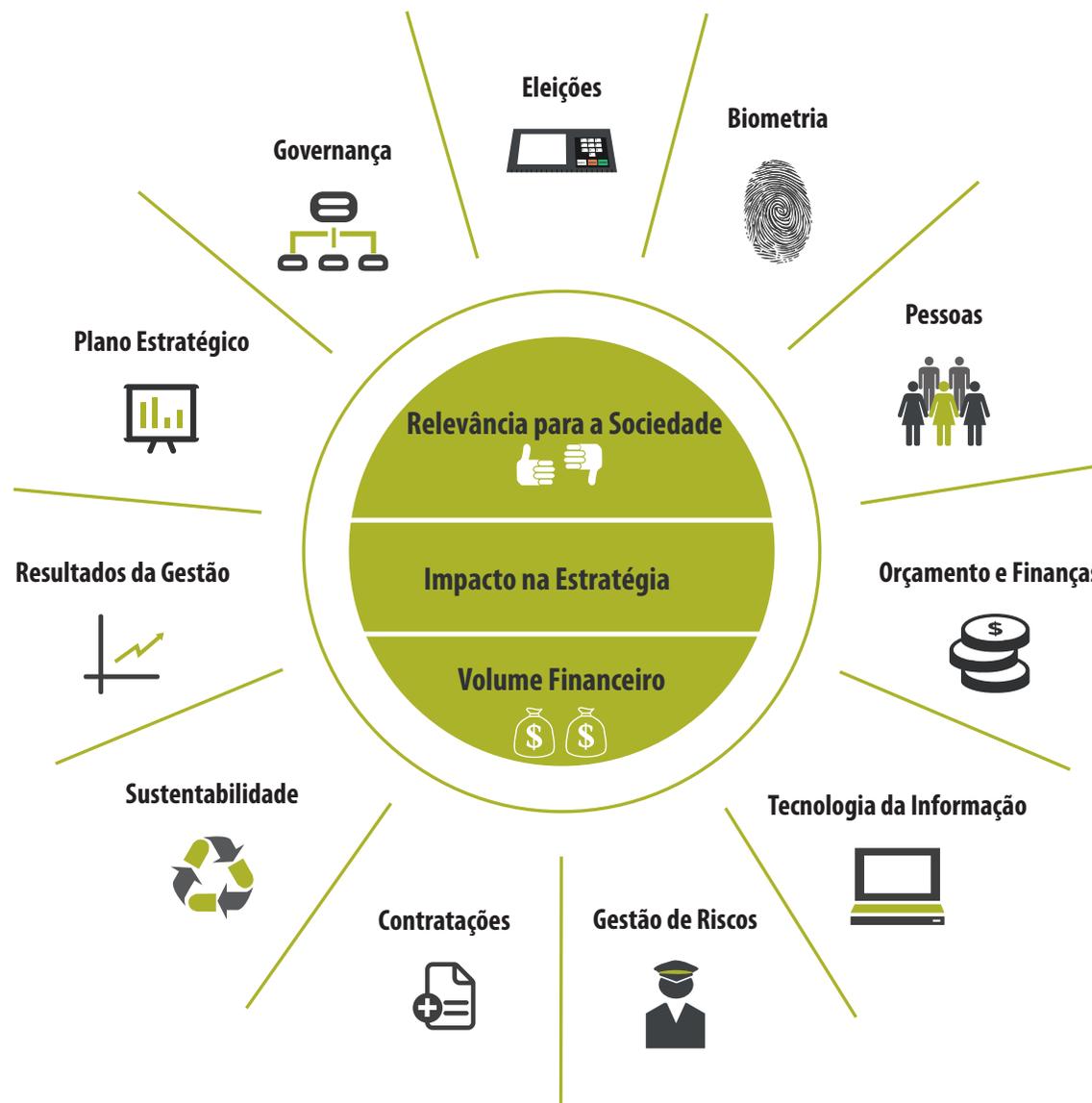


Flickr

1.6. Matriz de Materialidade

A Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul tem em seu modelo de negócio a principal diretriz para definição dos aspectos a serem abordados no Relatório de Gestão 2019. Os temas priorizados são aqueles considerados significativos para o cidadão e escolhidos em razão de sua relevância, impacto na estratégia e volume financeiro.

Figura 4 - Matriz de Materialidade



Fonte: TRE-RS

02

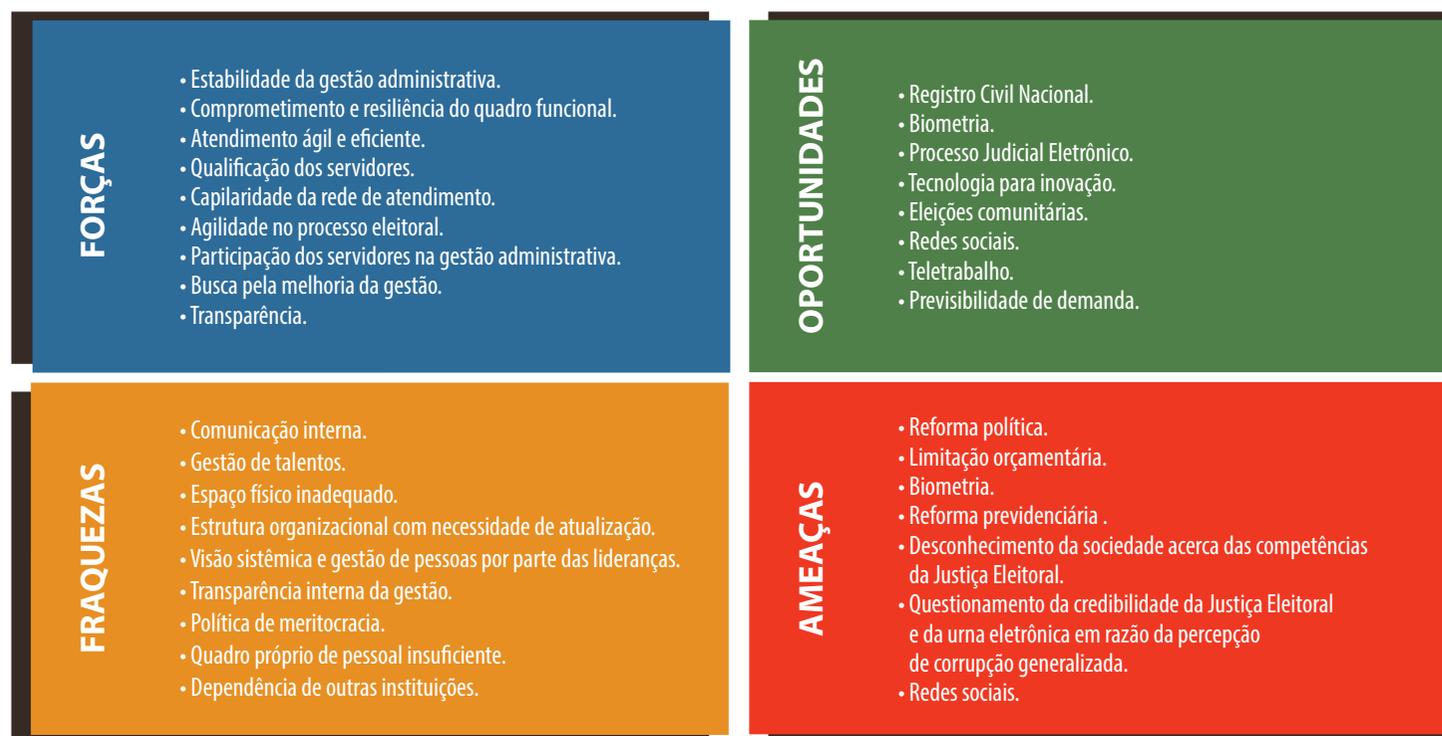
Estratégia e Governança

2. Estratégia e Governança

2.1. Planejamento Estratégico

O [Plano Estratégico 2019-2021](#), aprovado pela [Resolução TRE-RS n. 323/2019](#), segue as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável pela Estratégia Nacional do Poder Judiciário, sem deixar de preservar a vinculação com a realidade local e a cultura própria da instituição.

A construção deste novo plano partiu do diagnóstico institucional realizado por meio da análise *SWOT*, que considera os fatores internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças):



A definição da estratégia foi baseada no *Balanced Scorecard*, instrumento de planejamento que distribui os objetivos em diferentes perspectivas, alinhando metas, indicadores e iniciativas. A fim de desdobrar a estratégia da instituição, cada objetivo do plano está acompanhado de ações para concretizá-lo, conforme representado a seguir.

Perspectiva Sociedade

1 Assegurar a Legitimidade e o Aprimoramento do Processo Eleitoral.

- Promover o cadastramento biométrico dos eleitores.
- Agilizar a apuração dos votos por meio do envio dos boletins de urna diretamente dos locais de votação (localidades distantes).
- Pesquisar a satisfação e a confiança do cidadão no Processo Eleitoral, a fim de promover melhorias.

2 Promover a Efetiva Prestação Jurisdicional.

- Auditar mensalmente os processos paralisados há mais de 30 dias e promover sua movimentação.
- Priorizar o julgamento de processos que importem a não diplomação dos eleitos e/ou a perda de mandato eletivo.
- Promover melhorias nos procedimentos cartorários (inspeções e correções).

3 Fomentar a Aproximação da JE com a Sociedade.

- Fomentar a virtualização de serviços.
- Incentivar a descentralização dos atendimentos - fora das sedes dos cartórios e centrais de atendimento.
- Ampliar a transparência das informações disponibilizadas no site institucional.
- Revisar e divulgar a Carta de Serviços.
- Promover eventos e programas para esclarecer sobre a atuação da Justiça Eleitoral (JE) e a segurança do processo eleitoral.
- Elaborar e manter atualizado o plano de comunicação para a sociedade por meio das redes sociais do TRE-RS.

Perspectiva Processos Internos

1 Aperfeiçoar a Governança Institucional.

- Avaliar a Instituição com base no levantamento de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) – IGov.
- Implementar melhorias em áreas diagnosticadas com baixa maturidade de gestão.
- Realizar reuniões periódicas para avaliação da estratégia.

2 Buscar a Excelência na Gestão.

- Pesquisar a satisfação e a confiança dos cidadãos/usuários com intuito de implementar melhorias.
- Promover treinamentos para aprimorar o atendimento ao eleitor.
- Verificar e implementar boas práticas de gestão (ex. Prêmio Qualidade CNJ).
- Realizar estudo sobre o dimensionamento da força de trabalho.

3 Promover a Responsabilidade Socioambiental e a Acessibilidade na Justiça Eleitoral.

- Monitorar as ações do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-RS.
- Conscientizar os servidores a adotar ações sustentáveis no ambiente de trabalho.
- Monitorar, revisar e adequar, continuamente, os padrões de infraestrutura dos imóveis e instalações físicas, com ênfase na acessibilidade.

4 Aprimorar a Comunicação Interna.

- Monitorar a satisfação dos servidores quanto à comunicação interna.
- Promover a melhoria contínua das ferramentas de comunicação.
- Fortalecer a divulgação de informações sobre a Justiça Eleitoral a todos os servidores.

Perspectiva Pessoas

1

Fortalecer o Engajamento de Servidores e Colaboradores.

- Avaliar o clima organizacional e promover ações de melhoria.
- Realizar diagnóstico acerca da satisfação dos mesários.
- Promover ações que aumentem a qualidade de vida no trabalho.

2

Desenvolver Pessoas por Competências.

- Aferir o grau de adequação entre as competências organizacionais essenciais a cada área e as competências apresentadas pelos respectivos servidores.
- Utilizar a gestão por competências para integrar os processos de avaliação de desempenho e de desenvolvimento individual.

Perspectiva Recursos

1

Aperfeiçoar a Infraestrutura de TI.

- Aperfeiçoar os processos de trabalho visando a garantia de disponibilidade de sistemas.
- Aperfeiçoar a Segurança da Informação.

2

Aperfeiçoar a Infraestrutura Física.

- Monitorar, revisar e adequar, continuamente, padrões de infraestrutura dos imóveis e instalações.

3

Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária.

- Realizar reuniões mensais para acompanhamento da execução orçamentária.
- Implantar o Plano de Contratações.

2.2. Governança Corporativa

À governança do TRE-RS cabe direcionar e orientar a instituição na preparação, articulação e coordenação de políticas, planos e ações estratégicas, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas. Também é função da governança avaliar o ambiente e os cenários, acompanhar o desempenho organizacional e monitorar os resultados.

Amparada pela [Resolução n. 319/2018](#), está estruturada de forma a ampliar a visão sistêmica e a multidisciplinaridade das instâncias decisórias, contribuindo, assim, para que se alcancem os objetivos por meio de decisões mais efetivas, completas e conectadas com os justos anseios da sociedade.

A estrutura de governança do TRE gaúcho é formada pelo Conselho de Administração e pelos Comitês Estratégicos e Comissões.

Figura 5 - Governança Corporativa



Fonte: TRE-RS

O Conselho de Administração:

- Composição: presidente, vice-presidente e corregedor, diretor-geral e secretários.
- Competência: análise e manifestação sobre a gestão estratégica do Tribunal, bem como sobre políticas institucionais, gestão de riscos, de projetos, da qualidade, de processos organizacionais, definição de objetivos e metas, monitoramento de resultados e controles internos.

Quadrimestralmente, o [Conselho de Administração](#) realiza as Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) para monitorar os resultados e reavaliar os rumos da instituição. Além da RAE, mensalmente são realizados encontros para deliberações específicas e ajustes nas ações que convergem para o alcance dos objetivos estratégicos.

Comitês Estratégicos e Comissões:

- Composição: multidisciplinar
- Competência: análise de temas específicos sobre governança e gestão estratégica, a fim de auxiliar o Conselho de Administração por meio de estudos, coletas de dados, proposições e relatórios.

As reuniões ocorrem sem periodicidade prefixada e suas deliberações são encaminhadas ao Conselho de Administração para análise.

Atualmente, o TRE-RS possui os seguintes [comitês estratégicos e comissões](#):



Comitê de Gestão de Pessoas: destina-se a estudar, planejar e propor, dentro de sua área de atuação, políticas e ações voltadas aos servidores da instituição.



Comitê de Tecnologia da Informação: destina-se a aconselhar sobre o direcionamento estratégico de Tecnologia da Informação (TI), analisar e determinar prioridades dos programas de investimentos em TI, monitorar o estado atual dos projetos de sua área e monitorar os níveis de serviços de TI.



Comitê Valor Público (Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade): responsável por desenvolver políticas socioambientais. Atua também no sentido de promover, criar e implementar ações voltadas a assegurar à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida sua inclusão social e o livre acesso aos serviços/produtos oferecidos.



Comitê Permanente de Segurança Institucional: trata das questões ligadas à segurança patrimonial e de pessoal.



Comissão de Comunicação: responsável por implementar a Política de Comunicação do TRE-RS.

2.3. Mecanismos e Ações que Visam a Garantir a Legalidade e Proporcionar Economia, Eficiência, Eficácia e Legitimidade dos Atos

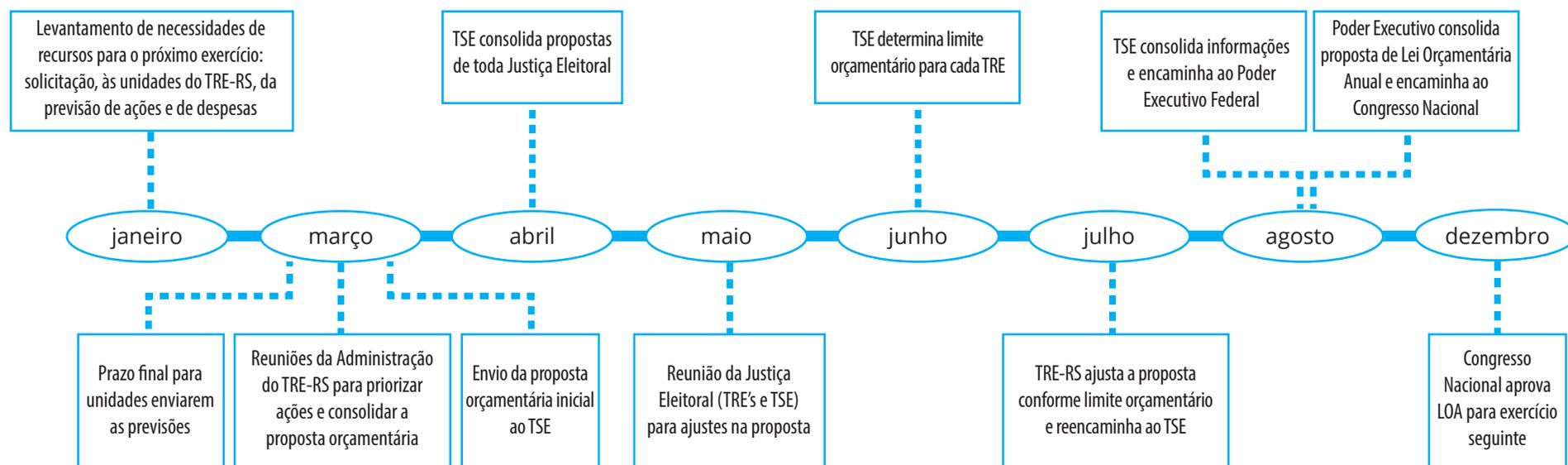
O TRE-RS possui diversas [normas](#) reguladoras que visam a orientar sua atuação e garantir melhores resultados. Além das [Resoluções](#), [Portarias](#), [Instruções Normativas](#) e [Provimentos](#), o Tribunal adota uma série de mecanismos que proporcionam economia e eficiência aos seus atos, como por exemplo:

- **Plano de Contratações:** trata-se do planejamento do Tribunal quanto às necessidades de produtos e serviços e tem como objetivo analisar e priorizar as contratações de forma sistêmica. Visa ao princípio da eficiência do gasto público.

- **Gestão de Riscos:** objetiva reduzir/eliminar danos e aproveitar oportunidades por meio da Política de Gestão de Riscos (**Resolução n. 249/2014**) e do Manual de Gestão de Riscos (**Portaria P n. 159/2019**).
- **Plano Anual de Auditoria Interna:** apresenta o planejamento das auditorias organizacionais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria da eficácia dos controles internos e assegurar que as atividades de auditoria agreguem valor à instituição. O planejamento para 2019 considerou as auditorias integradas, com inspiração no modelo de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) adotado pelo Tribunal de Contas da União. Dentre as possibilidades, foram priorizadas as auditorias que melhor atendessem aos critérios de relevância, riscos e volume de recursos envolvidos.
- **Consolidação Normativa Judicial Eleitoral:** trata-se de documento regulador e orientador da atuação do 1º grau da Justiça Eleitoral do estado do Rio Grande do Sul.
- **Processo Judicial Eletrônico:** implantado em todas as zonas eleitorais ao longo de 2019. A exemplo do que acontece desde 2016 no 2º grau de jurisdição, o uso do sistema eletrônico proporciona uma prestação jurisdicional mais ágil, eficiente, econômica, sustentável e transparente.

2.4. Planejamento de Recursos

O TRE-RS trabalha com três grandes orçamentos: ordinário, pleitos eleitorais e recadastramento biométrico. Enquanto o primeiro é obtido via Lei Orçamentária Anual (LOA), os dois últimos compõem o orçamento gerenciado pelo TSE e disponibilizado aos tribunais regionais conforme necessidade. A seguir são apresentados os principais passos do processo de planejamento de recursos.



ORÇAMENTO TOTAL R\$ 353.840.320,55

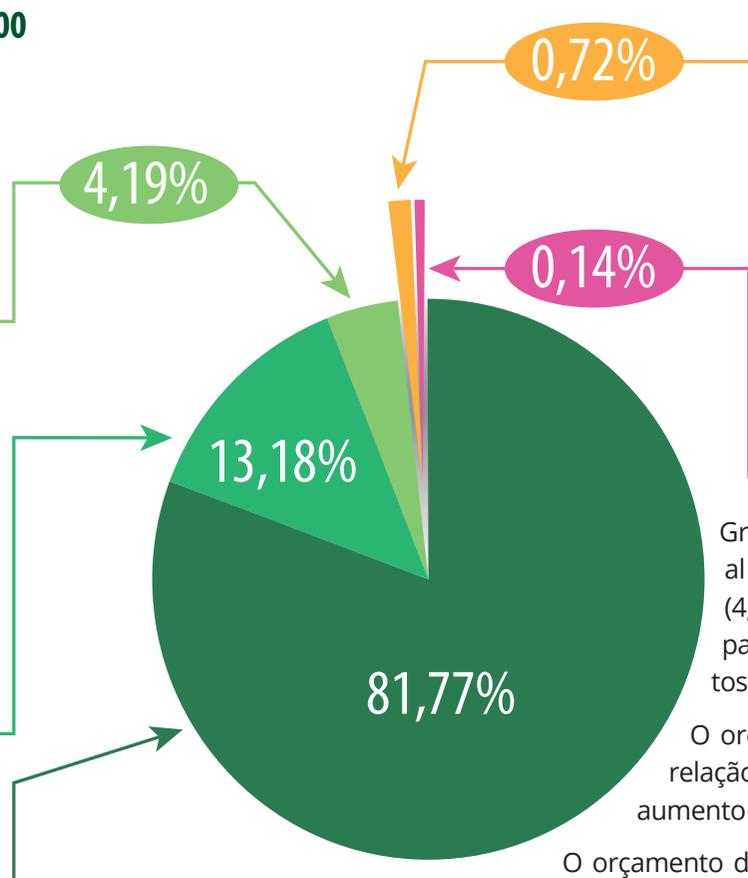
A dotação orçamentária recebida em 2019 foi de R\$ 353.840.320,55. Tal valor representa uma evolução de 1,3% em relação a 2018 (R\$ 349.282.841,03).

ORÇAMENTO ORDINÁRIO R\$ 350.805.742,00

INVESTIMENTO	R\$ 14.843.398,00
Sistema de ar condicionado.....	R\$ 6.900.000,00
Sistema de TIC.....	R\$ 4.996.800,00
Softwares.....	R\$ 1.362.085,00
Placas fotovoltaicas e gerador de energia – futura sede do TRE-RS.....	R\$ 900.000,00
Outros bens móveis (veículos, móveis, materiais permanentes etc).....	R\$ 684.513,00

DESPESA DE CUSTEIO	R\$ 46.643.079,00
Auxílios a servidores (transporte, alimentação, pré escolar, funeral, natalidade etc).....	R\$ 10.366.444,00
Terceirizados (Limpeza, Conservação, Vigilância e Apoio).....	R\$ 7.747.491,60
Locação de Imóveis.....	R\$ 7.338.706,72
Plano de Saúde de servidores – complementação.....	R\$ 4.887.990,00
Manutenção de bens imóveis e móveis.....	R\$ 3.665.301,69
Telecomunicação e transmissão de dados.....	R\$ 3.632.401,56
Água e Energia Elétrica.....	R\$ 2.164.878,93
Estagiários.....	R\$ 1.000.629,22
Capacitação de Recursos Humanos.....	R\$ 623.480,00
Outros.....	R\$ 5.215.755,28

PESSOAL	R\$ 289.319.265,00
Ativo.....	R\$ 197.178.011,00
Aposentadorias e pensões.....	R\$ 61.627.471,00
Contribuição da União para o regime de previdência.....	R\$ 30.513.783,00



ORÇAMENTO BIOMETRIA R\$ 2.543.519,00

DESPESAS DE CUSTEIO	R\$ 2.543.519,00
Contratação de Estagiários para recadastramento biométrico.....	R\$ 2.015.320,16
Outras despesas (diárias, material de consumo e de divulgação etc).....	R\$ 528.198,84

ORÇAMENTO ELEIÇÕES R\$ 491.059,55

PESSOAL (hora-extra)	R\$ 55.144,55
DESPESAS DE CUSTEIO	R\$ 435.915,00
Auxílios a mesários.....	R\$ 5.915,00
Manutenção do sistema de Votação (Urnas Eletrônicas).....	R\$ 430.000,00

Grande parte do orçamento diz respeito a pessoal e custeio (95,81%), enquanto os investimentos (4,19%) são focados na melhoria da infraestrutura para a prestação de serviços, principalmente projetos de reforma da futura sede e equipamentos de TI.

O orçamento Ordinário foi ampliado em 11,39% em relação ao exercício anterior, em grande parte devido ao aumento dos gastos com ativos, inativos e a futura sede.

O orçamento de Eleições, como era esperado em um ano não eleitoral, sofreu redução de 98,52% (de R\$ 33,12 milhões para R\$ 491 mil), valor utilizado majoritariamente para a manutenção das urnas eletrônicas.

Por fim, o orçamento de Biometria foi ampliado em 105% (de R\$ 1,24 para R\$ 2,54 milhões), visando aproveitar o maior período de cadastramento proporcionado pelo interstício de eleições.

2.5. Principais Programas e Projetos



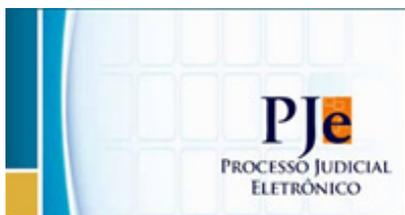
2.5.1 Projeto Biometria

O projeto de identificação biométrica da Justiça Eleitoral tem por finalidade adicionar a impressão digital de todos os eleitores ao cadastro eleitoral até 2022. Tal ação permite que o eleitor seja reconhecido pela urna eletrônica por sua digital, automatizando sua identificação e elevando o nível de segurança do processo eleitoral.

Importante mencionar que, com o avanço da tecnologia, mais serviços poderão ser oferecidos virtualmente, facilitando o acesso à Justiça Eleitoral pela população e otimizando os recursos disponíveis.

Importante mencionar que, com o avanço da tecnologia, mais serviços poderão ser oferecidos virtualmente, facilitando o acesso à Justiça Eleitoral pela população e otimizando os recursos disponíveis.

O Rio Grande do Sul possui mais de 8,3 milhões de eleitores em 497 cidades. Até 2018, o TRE-RS havia cadastrado biometricamente os eleitores de 426 municípios, o que representa 60% do eleitorado. Em 2019, planejou-se completar a revisão em mais 28 cidades e, paralelamente, homologar os dados importados do cadastro do Instituto Geral de Perícias do Rio Grande do Sul (IGP-RS) relativos a 931.839 eleitores, de forma a ampliar o quantitativo de eleitores com cadastro biométrico no estado.



2.5.2 Processo Judicial Eletrônico - PJe

O [Processo Judicial Eletrônico \(PJe\)](#) foi concebido para realizar toda a tramitação processual por meio eletrônico, ou seja, sem o uso de papel e dispensando o manuseio dos autos, garantindo assim maior economia e celeridade processual.

Ele permite a prática de atos processuais por magistrados, servidores, advogados e demais participantes da relação processual diretamente no sis-

tema, assim como possibilita o acompanhamento do processo judicial de forma remota. Essa concepção viabiliza a completa superação de barreiras temporais e espaciais para o acesso à justiça, uma vez que a realização dos atos pode ser feita em qualquer computador conectado à internet.

Além desse objetivo, concorre a necessidade de fazer convergir os esforços dos tribunais brasileiros para a adoção de uma solução de processo eletrônico gratuita (sem custos de licenciamento) que contemple requisitos importantes de segurança. Racionaliza também os custos com desenvolvimento e aquisição de *softwares* auxiliares, além de qualificar as atividades do pessoal, que deixa de realizar tarefas meramente burocráticas (transporte de documentos, juntada, numeração de folhas etc.) e passa a exercer funções mais analíticas e com maior valor agregado à prestação jurisdicional.

No TRE-RS, o PJe vem sendo implantado gradativamente desde 2016, primeiramente no 2º grau de jurisdição, e, a partir de 2019, em todas as zonas eleitorais do estado.



2.5.3 Programa Eleições 2020

O Programa Eleições tem como objetivo coordenar projetos, planos de ação e as principais etapas dos processos de trabalho relativos à eleição, abrangendo e gerenciando todas as ações e esforços para a plena realização do pleito. Subsidiado pela avaliação da eleição anterior, são propostas melhorias para o programa seguinte.

Subsidiado pela avaliação da eleição anterior, são propostas melhorias para o programa seguinte.

O Programa Eleições 2020 tem os seguintes objetivos:

- Planejar as eleições municipais de 2020, definindo os projetos que comporão o programa e relacionando-os a processos de trabalho;
- Mapear os principais riscos que podem afetar o processo eleitoral;

- Determinar as principais entregas de cada projeto e os marcos dos processos;
- Executar o planejado dentro dos limites orçamentários estabelecidos;
- Avaliar todo o processo após a realização do pleito municipal.

Os 5 projetos idealizados para propor soluções novas e/ou aprimorar processos relevantes são:

- **Gestão da Informação:** tem por escopo básico o planejamento e gerenciamento dos canais de comunicação internos e externos referentes ao processo eleitoral;
- **Biometria:** projeto responsável pela definição dos procedimentos e divulgação da utilização de cadastros biométricos importados de outros órgãos públicos;
- **Fechamento do Cadastro:** o escopo inclui o planejamento da força de trabalho e procedimentos necessários ao fechamento do cadastro eleitoral, incluindo as ações que visam antecipar o comparecimento do eleitor aos cartórios;
- **PJe Eleições Municipais:** objetiva planejar, orientar e monitorar a utilização do sistema do PJe nas eleições municipais, incluindo o treinamento de servidores e a integração do referido sistema aos de candidaturas e prestação de contas;
- **Mesários:** projeto responsável pela coordenação das atividades de convocação, treinamento, pagamento e definição referente aos materiais de apoio ao trabalho dos mesários.



2.5.4 Campanha Eleições 2020: A Justiça Eleitoral na Trilha da Cidadania

Com intuito de melhorar a comunicação e fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade, o TRE

-RS idealizou uma série de palestras no interior do estado com o objetivo

de divulgar e esclarecer à população sobre diversos assuntos referentes às eleições municipais de 2020. O grupo formado pela presidente, vice-presidente e corregedor, e servidores do Tribunal planejou visitar 14 cidades, em diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

De forma geral, o escopo da campanha era dirimir as dúvidas da sociedade, por meio de reuniões com juízes e servidores dos cartórios eleitorais e entrevistas com jornais e em rádio locais. Os eventos visavam às autoridades da região, representantes de partidos políticos, advogados, juízes, promotores e servidores do próprio Tribunal, além de estarem abertos à população em geral.

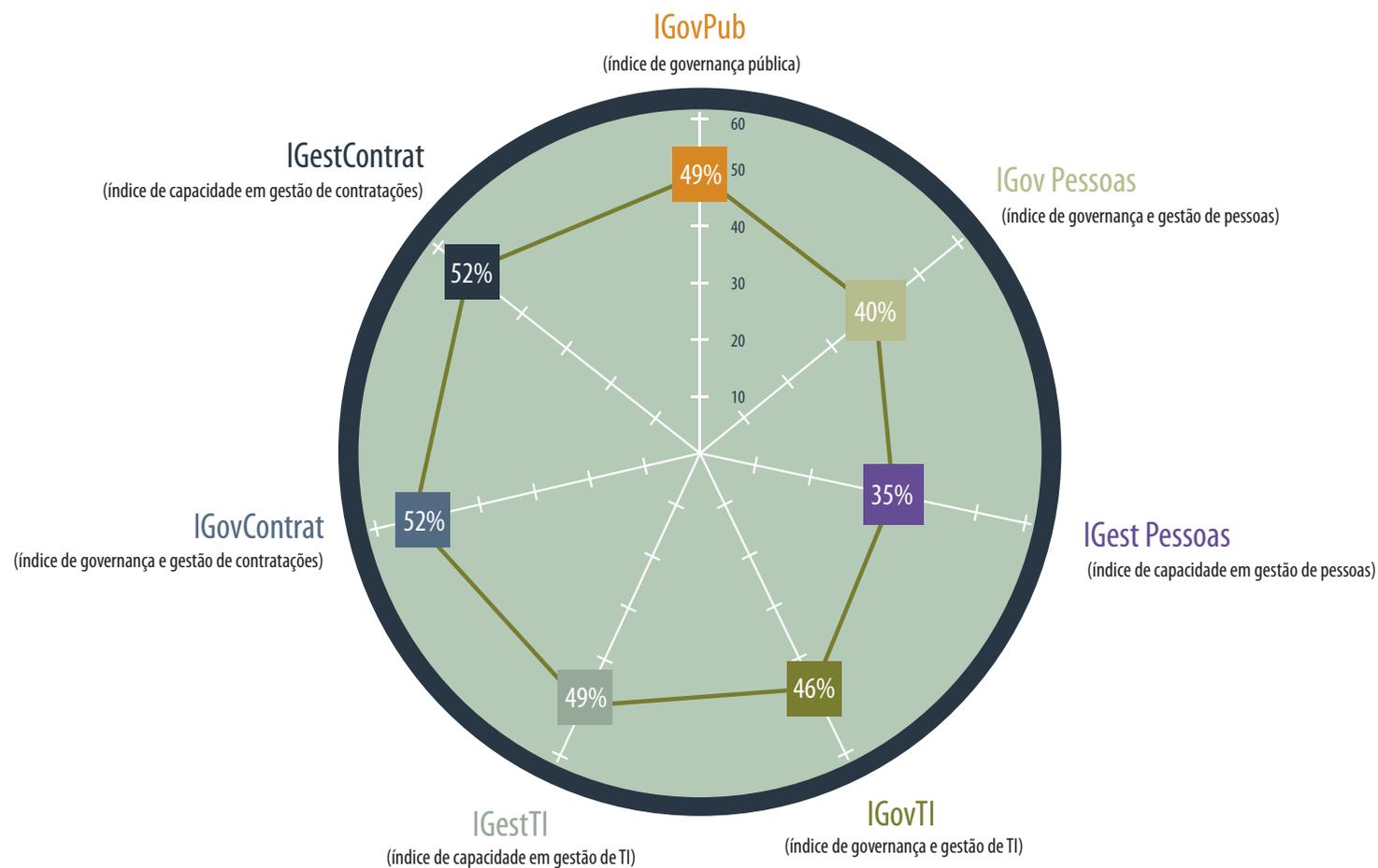
Os quatro temas trabalhados ao longo da campanha foram:

- **Recadastramento biométrico, segurança da urna eletrônica e do sistema de votação:** esclarecimentos sobre as atuais revisões biométricas e suas vantagens na identificação do eleitor pela impressão digital e na segurança do processo eleitoral como um todo. Buscou-se frisar, também, que o cadastro biométrico da Justiça Eleitoral, por ser um dos mais completos do país, serve como base para a emissão do documento nacional de identidade;
- **Divulgação da implantação do PJe em todo o 1º grau de jurisdição:** informações gerais sobre a virtualização do processo judicial e seus impactos na próxima eleição municipal;
- **Informações e esclarecimentos aos partidos políticos sobre as Eleições 2020:** exposição sobre as principais regras para a próxima eleição, com ênfase em questões sobre filiação, requisitos para candidatura, propaganda eleitoral e prestação de contas;
- **Importância do voto consciente:** com vistas a promover a importância da cidadania e a maior participação das pessoas no processo eleitoral, procurou destacar a importância do voto e suas consequências nas decisões políticas por meio de noções de bem comum, de coletividade, de diálogo e de respeito à diversidade de opiniões.

2.6. Perfil de Governança e Gestão

Os índices obtidos em 2018 na autoavaliação realizada por meio do questionário de Governança e Gestão Públicas do TCU demonstram um nível de maturidade intermediário quanto à governança e gestão da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Gráfico - 1 - Resultado Geral da Autoavaliação da Organização



Fonte: TRE-RS (acórdão 2.699/2018 Plenário TCU)

Considerando que os percentuais, em sua maioria, ficaram abaixo de 50%, foram tomadas medidas visando às melhorias dos índices para os próximos ciclos de avaliação. As ações a seguir foram executadas buscando qualificar a gestão nos índices associados. Entretanto, devido à natureza sistêmica da governança, muitas delas geraram impacto em outras áreas, agregando valor e maturidade aos processos de decisão na instituição.

AÇÕES	TEMA
<ul style="list-style-type: none"> – Atualizada a Resolução que estabelece a estrutura de governança do TRE-RS. – Aprovado o Manual de Gestão de Riscos pela Portaria P. 159/2019. – Elaborada a minuta da normatização de publicações na internet conforme exigências da LAI (aguardando aprovação). – Incluídas quatro auditorias específicas no Plano Anual de Auditoria (PAA) 2019: governança organizacional (3122, “d”), gestão de pessoas (3123, “c”), gestão das contratações (3123, “d”) e sistemas da informação (3123, “f”). – Incluído no Plano Estratégico (PE) indicador que avalia os índices quanto à transparência institucional. – Reestruturada a Secretaria de Gestão de Pessoas, com criação de uma unidade para tratar dos assuntos relativos ao IGov Pessoas-TCU. – Reestruturado o Comitê de Gestão de Pessoas. – Iniciado o projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho sob coordenação do TSE. – Realizados eventos sobre qualidade de vida no trabalho, conforme cronograma aprovado. – Aprovado o Acordo de Nível de Serviços de TIC (ANS). – Aprovado o processo de trabalho visando à conscientização, educação e treinamento em segurança da informação para seus colaboradores. – Formalizado o processo de software. – Formalizados os processos de gestão do catálogo de serviços e de mudanças de TIC. – Aprovada a Política de Contratações (Res. P n. 322/19). – Elaborado o Plano de Gestão de Riscos das Contratações (aguardando aprovação). – Publicada IN P. n. 54/19 que regula o Plano de Contratação do TRE-RS. – Publicada Portaria DG n. 48/18 que define o processo de trabalho para seleção de fornecedores. 	<p>IGovPub (Índice de Governança Pública)</p> <p>IGovPessoas (Índice de Governança e Gestão de Pessoas)</p> <p>IGestPessoas (Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas)</p> <p>IGovTI (Índice de Governança e Gestão de TI)</p> <p>IGestTI (Índice de Capacidade em Gestão de TI)</p> <p>IGovContrat (Índice de Governança e Gestão de Contratações)</p> <p>IGestContrat (Índice de Capacidade em Gestão de Contratações)</p>

03

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3. Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3.1. Visão Geral do Modelo de Gestão de Riscos

O sistema de gestão de riscos e controles do TRE-RS funciona, de forma geral, seguindo o modelo de três linhas de defesa:



Há controles, recursos e procedimentos ligados aos riscos que atendem às necessidades básicas da organização e colaboram para a melhoria do desempenho e o alcance efetivo e eficaz dos resultados, embora a prática contínua, sistêmica e estruturada de avaliação de riscos ainda não tenha atingido o nível de maturidade almejado. O TRE-RS formalizou em 2019 seu método institucional de gestão de riscos. Para isso, aprovou o [Manual de Gestão de Riscos](#) (Portaria P. 159/2019) com base no [Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU](#). A partir desse documento, a perspectiva é que a organização adote rotinas de identificação e gestão dos riscos em projetos, processos de trabalho e ações estratégicas com foco no cumprimento de sua missão, o que certamente facilitará o alcance dos objetivos à medida que incorporado à cultura organizacional.

3.2. Principais Riscos e Oportunidades

Os principais riscos e oportunidades da instituição, demonstrados a seguir, impactam especialmente os níveis estratégico e operacional, sendo de maior relevância os relacionados aos três macroprocessos finalísticos do TRE-RS: Eleições, Prestação Jurisdicional e Cadastramento Eleitoral. Da mesma forma, merecem destaque os eventos relacionados à imagem da instituição e à segurança da informação, ambos diretamente **vinculados aos objetivos estratégicos**.

Para cada ameaça e oportunidade identificada na tabela a seguir, estão relacionadas suas respectivas fontes, causas, análise de impacto e probabilidade, formas de mitigação / aproveitamento e a magnitude do risco, cujas definições e escalas utilizadas estão descritas no [Manual de Gestão de Riscos](#) do TRE-RS.

Análise dos principais riscos

Riscos negativos	Fontes / Causas	Risco Inerente			Formas de Mitigação (Controles Existentes)	Eficácia do Controle		Risco Residual	
		Probabilidade (P)	Impacto (I)	Risco Inerente (PxI)		Classificação do Controle	Multiplicador	Risco Residual	Classificação do Risco Residual
Ameaça	Impossibilidade/dificuldade de o eleitor votar.	4	3	12	<ul style="list-style-type: none"> Planejar atos contingenciais para o dia da eleição, visando a corrigir imediatamente eventuais problemas com as urnas eletrônicas; Designar unidade específica para coordenar a gestão e manutenção preventiva das urnas eletrônicas no estado, evitando problemas e antecipando soluções; Promover valorização (campanhas nas mídias) e treinamento específico para os mesários, como forma de atrair novos voluntários e melhorar o serviço prestado no dia da eleição; Campanhas voltadas ao eleitor. 	Fraco	0,8	9,6	Médio
Ameaça	Fraude na votação, contabilização e/ou totalização do resultado das eleições.	2	5	10	<ul style="list-style-type: none"> Urnas eletrônicas lacradas em audiências públicas e sem comunicação com internet, evitando interferências; Utilizar <i>softwares</i> próprios e comunicação de dados em ambiente seguro e exclusivo; Identificar o eleitor para votar por meio de suas digitais (cadastramento biométrico); Disponibilizar de possibilidade de envio dos resultados a partir dos locais de votação, agilizando a contabilização dos votos (solução JE Connect); Distribuir boletim contendo o resultado da seção logo após o término da votação, o qual pode ser conferido com o resultado apurado no <i>site</i> da Justiça Eleitoral. Tais boletins de urna são publicados aos representantes dos partidos políticos presentes na seção, fomentando maior fiscalização do processo. 	Forte	0,2	2	Baixo

Ameaça	Não integração e/ou desempenho insuficiente dos sistemas informatizados (PJe, Cand, SPCE).	<ul style="list-style-type: none"> – PJe não importar dados do Cand e do SCPE; – Incapacidade de processamento online, devido a sobrecarga. 	4	3	12	<ul style="list-style-type: none"> – Conferência visual das informações de cada sistema; – Inclusão das informações do Cand e SPCE no PJe por servidores. 	Fraco	0,8	9,6	Médio
Ameaça	Falhas no cadastro de eleitores e filiados que prejudiquem o voto ou a candidatura ou, ainda, possibilitem o voto fraudado.	<ul style="list-style-type: none"> – Informações registradas incorretamente no sistema; – Duplicidade de inscrição; – Ausência ou duplicidade de filiação partidária. 	3	3	9	<ul style="list-style-type: none"> – Promover inspeções e correções frequentes, com o objetivo de detectar possíveis falhas no cadastro de eleitores; – Realizar análises automatizadas no sistema de cadastro como forma de identificar erros ou fraudes na inscrição de eleitores e filiados; – Transferir responsabilidades aos partidos políticos pela fidelidade do cadastro de filiados; – Implantar reconhecimento biométrico de eleitores, evitando fraudes tanto na inscrição eleitoral como na habilitação do eleitor para votar. 	Satisfatório	0,4	3,6	Baixo
Ameaça	Deterioração da imagem institucional.	<ul style="list-style-type: none"> – <i>fake news</i> sobre o processo eleitoral; – Desconhecimento acerca das competências da Justiça Eleitoral e do regimento dos pleitos; – Serviços mal prestados; – Descrédito da população em razão da percepção de corrupção generalizada. 	5	3	15	<ul style="list-style-type: none"> – Manter canais de comunicação com a sociedade (como o serviço de Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão) para registro de ocorrências, reclamações, pedidos de informações, sugestões e denúncias, visando à melhoria dos serviços prestados; – Convocar reuniões com partidos políticos, advogados e imprensa no intuito de disseminar orientações, dirimir dúvidas e solicitar apoio no combate a informações falsas; – Realizar campanhas de esclarecimentos sobre as atribuições da Justiça Eleitoral e os principais assuntos relacionados ao eleitor e às eleições, promovendo a disseminação de informações relevantes; – Promover a cidadania e a participação social, fazendo-se presente nas principais mídias, com o objetivo de ampliar o alcance de notícias de interesse da sociedade. 	Médio	0,6	9	Médio
Ameaça	Utilização indevida de dados e/ou ataques cibernéticos.	<ul style="list-style-type: none"> – Acesso indevido ao banco de dados da Justiça Eleitoral. 	3	4	12	<ul style="list-style-type: none"> – Adoção de sistema de Governança de TI, responsável por definir diretrizes e estratégias de investimentos, contratações, desenvolvimento de sistemas e segurança da informação; – Criação da Comissão de Tecnologia da Informação, com representação multidisciplinar, responsável por estudar e propor soluções tecnológicas, sugerir investimentos e priorizar ações de TI; – Possuir um Plano Estratégico e um Plano Diretor de TIC, com monitoramento e revisão frequentes; – Realizar investimentos constantes em infraestrutura de TI e segurança da informação. 	Médio	0,6	7,2	Médio

Riscos positivos	Fontes / Causas	Riscos Inerente			Formas de Aproveitamento	Risco Residual				
		Probabilidade (P)	Impacto (I)	Risco Inerente (PxI) (quanto maior melhor)		Classificação do aproveitamento	Multiplicador	Risco Residual	Classificação do Risco Residual	
Oportunidade	Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe. (oportunidade Prestação Jurisdicional)	– Existência de tecnologia viável para virtualizar as demandas judiciais.	5	5	25	– Capacitar servidores para que a virtualização processual torne a prestação jurisdicional mais célere, econômica e eficiente; – Disponibilizar suporte técnico para auxiliar servidores e advogados quanto ao uso do novo sistema; – Redimensionar a força de trabalho que realiza tarefas com processos físicos e que, com a implantação do PJe, não são mais necessárias.	Forte	0,8	20	Externo
Oportunidade	Importação de dados biométricos oriundos de outros órgãos públicos. (oportunidade Cadastramento Eleitoral)	– Outros órgãos públicos com cadastro biométrico; – Compatibilidade tecnológica.	5	3	15	– Firmar convênios com órgãos públicos (Denatran e IGP-RS) para aproveitamento de dados biométricos; – Criar mecanismos de conferências dos dados importados antes de sua incorporação ao caderno de votação e à urna eletrônica; – Incorporar definitivamente ao cadastro eleitoral somente aqueles dados validados na urna eletrônica durante a eleição.	Médio	0,6	9	Médio
Oportunidade	Transmissão do resultado da urna eletrônica diretamente dos locais de votação (JE Connect). (oportunidade Eleições)	– Existência de tecnologia viável e segura para transmissão de dados.	3	3	9	– Investir em equipamentos que possibilitem a transmissão segura do resultado da seção eleitoral; – Incentivar a transmissão dos dados da urna eletrônica diretamente dos locais de votação mais distantes, por meio de rede segura, como forma de agilizar a apuração dos votos; – Capacitar os servidores e a equipe de apoio da Justiça Eleitoral para realizarem a transmissão; – Divulgar amplamente o procedimento e as formas de fiscalização.	Médio	0,6	5,4	Médio

3.3. Perspectivas

Importação de dados biométricos:

O TRE-RS iniciou um novo processo de aproveitamento de dados biométricos de outros órgãos, com o intuito de incorporá-los ao cadastro eleitoral. Tal procedimento permite elevar os índices biométricos do eleitorado gaúcho, resultando em economia financeira, logística e de pessoal, tendo em vista que uma parcela dos cidadãos do estado poderão ser dispensados do cadastramento obrigatório.

Até o momento, foram importados dados biométricos de mais de 900 mil pessoas, originários do Instituto Geral de Perícias do RS. Para 2020, o Tribunal espera agregar informações de aproximadamente um milhão de pessoas do cadastro do Departamento Nacional de Trânsito.

Virtualização processual – PJe:

Com a implantação do PJe também no 1º grau de jurisdição, o TRE projeta agilizar a tramitação processual, gerar economia considerável de recursos financeiros e materiais (papel, *toner* e impressoras) e redimensionar a força de trabalho em algumas áreas (montagem e numeração de processos físicos, por exemplo). Por outro lado, espera-se também aumento da judicialização em razão da gratuidade da Justiça Eleitoral e da maior facilidade de peticionamento gerada pelo PJe. O tribunal está monitorando essas variáveis e promoverá os ajustes necessários de sua estrutura em razão da nova realidade.

Eleições 2020:

As eleições municipais do próximo ano trarão grandes desafios e oportunidades ao TRE gaúcho, uma vez que estarão em disputa **497 cargos de prefeito (e vice-prefeito)** e **4.910 de vereadores** em todo estado.

Em razão disso, espera-se em torno de 28 mil candidaturas, cuja análise de cumprimento dos requisitos deve ser feita em tempo recorde, pois o prazo para registro das candidaturas foi alterado para meados do mês de agosto e a eleição ocorre já no primeiro domingo de outubro. Neste quesito, conta a favor a **virtualização processual**, vislumbrando-se maior agilidade no julgamento destes processos.

O **combate à desinformação** deve ser outro pilar da atuação da Justiça Eleitoral em 2020. Tornar o processo eleitoral mais transparente (facilitando a fiscalização e permitindo auditorias), disponibilizar informações nos diversos meios de comunicação (campanhas em *site*, redes sociais, rádios e televisão) e combater as denominadas *fake news* são trabalhos já em andamento e que permitirão fortalecer a imagem institucional e aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade.

Visando a **agilizar o encerramento da eleição**, cuja meta é totalizar 99,8% das seções eleitorais até as 20 horas do dia do pleito, o TRE-RS pretende utilizar cerca de 500 *kits* do *JE-Connect*, os quais permitem transmitir o resultado da urna eletrônica diretamente dos locais de votação. Tal solução objetiva reduzir o tempo total de apuração da eleição e mitigar riscos associados à logística de transporte dos dados da urna oriundos de áreas distantes ou de difícil acesso, as quais podem ficar isoladas em decorrência de fatos supervenientes ou por força da natureza.

04



Resultados e Desempenho da Gestão

4. Resultados e Desempenho da Gestão

4.1. Objetivos Estratégicos

O Plano Estratégico do TRE-RS, pelo perfil de atuação institucional, apresenta metas e indicadores para ciclos diferentes, de acordo com a sazonalidade da atividade eleitoral. Em 2019, por se tratar de ano não eleitoral, alguns indicadores não foram aferidos.

Indicadores Estratégicos da Perspectiva Sociedade							
Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Assegurar a legitimidade e o aprimoramento do processo eleitoral	Confiança do Cidadão no Processo Eleitoral	-	-	82,00%	84,80%	-	-
	Eleitores com Cadastro Biométrico	71,00%	78,53%	60% em maio	59,74%	-	51,44%
	Horário de Totalização da Eleição	-	-	21h30min	23:36 (1º turno)	-	-
					20:33 (2º turno)		
Resultado do Objetivo Estratégico:			100,00%		50,00%		-

Análise do objetivo: em 2019, ano sem eleições ordinárias, o cadastramento biométrico foi o grande foco do trabalho. Neste ponto, o Tribunal superou o percentual planejado alcançando índice próximo a 80%. Tal resultado foi possível graças à importação de dados do Instituto-Geral de Perícias do estado, que acresceu em quase um milhão o número de eleitores com cadastro biométrico. Ressalta-se que a medição dos demais indicadores é realizada apenas no dia da eleição.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Promover a efetiva prestação jurisdicional	Julgar com Prioridade os Processos Relativos à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais - 1º Grau	90% dos processos de 2016	73,28% (2016)	-	-	-	-
	Julgar com Prioridade os Processos Relativos à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais - 2º Grau	90% dos processos de 2016; 75% dos processos de 2018	96,25% (2016) 100,00% (2018)	-	-	-	-
	Taxa de Julgamento - 1º Grau	100,00%	183,85%	100,00%	85,71%	100,01%	123,45%
	Taxa de Julgamento - 2º Grau	100,00%	96,49%	100,00%	99,92%	100,01%	101,02%
	Julgamento de Processos Antigos - 1º Grau	90,00%	97,36%	90,00%	98,10%	90,00%	94,94%
	Julgamento de Processos Antigos - 2º Grau	90,00%	94,55%	90,00%	95,76%	90,00%	97,04%
	Resultado do Objetivo Estratégico:			66,67%		50,00%	

Análise do objetivo: os resultados apurados representam o bom desempenho do Tribunal na prestação jurisdicional, embora ainda haja espaço para melhorias. As metas não atingidas, mesmo que por um percentual mínimo, devem receber mais atenção da instituição. Espera-se que os resultados futuros sejam beneficiados em razão da implantação do processo judicial eletrônico, o que, na prática, agilizará a tramitação processual.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Fomentar a aproximação da JE com a sociedade	Grau de Satisfação dos Cidadãos/Usuários	90,00%	96,61%	90,00%	95,59%	90,00%	94,42%
	Serviços Virtuais Disponibilizados	73,00%	74,00%	-	74,00%	70,00%	71,00%
	Imagem da Justiça Eleitoral	80,00%	85,39%	80,00%	78,07%	80,00%	78,64%
	Transparência e Acesso à Informação	70,00%	92,62% (3º lugar nacional)	-	56,20%	-	-
	Resultado do Objetivo Estratégico:			100,00%		50,00%	

Análise do objetivo: resultado positivo com considerável melhora nos índices, se comparados com os anos anteriores. Dos resultados apurados, destacam-se o índice de imagem positiva do TRE e o de transparência e acesso à informação. O resultado do primeiro deve-se ao maior número de inserções de notícias eleitorais na mídia (principalmente nas redes sociais) e da redução do acirramento político partidário ocorrido após as eleições de 2018. Já o segundo é fruto de um esforço para disponibilizar informações institucionais e de fácil acesso à população em seu site, o que resultou no 3º lugar nacional no ranking promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.

Indicadores Estratégicos da Perspectiva Processos Internos

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Aperfeiçoar a governança Institucional	Cumprimento do iGov - Pública	52,00%	-	-	49,00%	-	-
	Cumprimento do iGov - Pessoas	45,00%	-	-	40,00%	-	-
	Cumprimento do iGov - Tecnologia da Informação	50,00%	-	59,00%	46,00%	61,00%	60,00%
	Cumprimento do iGov - Contratações	55,00%	-	-	52,00%	-	-
	Resultado do Objetivo Estratégico:		-		0,00%		0,00%

Análise do objetivo: trata-se de objetivo incluído no Plano Estratégico 2019-2021 e formado por maioria de indicadores novos. Vale frisar que os resultados são calculados com base no questionário do Tribunal de Contas da União sobre governança pública, o qual não foi disponibilizado no ano de 2019, motivo pelo qual não há resultados atualizados para este objetivo. De toda forma, a organização realizou diversas ações com intuito de melhorar os índices alcançados em 2018 e, em razão disso, espera-se elevar o nível de maturidade da governança interna. Tais ações estão expostas no item 2.6 - Perfil de Governança e Gestão do capítulo 2 deste relatório. Cabe ainda destacar que, especialmente em relação à governança de tecnologia da informação, o resultado da avaliação de indicador semelhante (o índice de Governança de TIC do CNJ) revelou grande avanço no exercício de 2019, sugerindo que a meta teria sido atingida, caso tivesse sido possível a medição.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Buscar a excelência na gestão	Selo Justiça em Números	Selo Ouro	Diamante (5º lugar nacional)	-	Selo Prata	-	-
	Resultado do Objetivo Estratégico:		100,00%		-		-

Análise do objetivo: excelente resultado, cumprindo 83,40% dos requisitos exigidos, o que demonstra que as ações e esforços empreendidos pela instituição vão ao encontro dos justos anseios da sociedade quanto à governança, produtividade e transparência. A organização alcançou o inédito prêmio na categoria Diamante, sendo o 5º mais bem pontuado (dos 90 participantes de todo o país). Ressalta-se que este é um objetivo remodelado no Plano Estratégico 2019-2021, sendo atualmente mensurado por meio de um único indicador. O Selo Justiça em Números, cuja nomenclatura foi recentemente alterada para Prêmio CNJ de Qualidade, é coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça e engloba uma série de assuntos da gestão pública.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Promover a Responsabilidade Socioambiental e a Acessibilidade na Justiça Eleitoral	Cumprimento do Plano de Logística Sustentável - PLS	80,00%	86,66%	80,00%	86,00%	60,00%	80,00%
	Instalações Físicas Adequadas a Pessoas com Deficiência	95,00%	95,45%	92,20%	94,84%	91,50	94,87%
	Resultado do Objetivo Estratégico:		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Análise do objetivo: os altos índices demonstram a atenção do Tribunal com as questões socioambientais e a preocupação em aperfeiçoar as condições de acessibilidade às pessoas com deficiência. Historicamente, os resultados dos indicadores refletem os esforços da instituição, alcançando níveis bastante satisfatórios.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Aprimorar a Comunicação Interna	Satisfação da Força de Trabalho com a Comunicação Interna	70,00%	48,56%	68,00%	66,84%	68,00%	Não mensurado
	Resultado do Objetivo Estratégico:		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-

Análise do objetivo: o resultado revela que existe uma insatisfação dos servidores com a comunicação interna no Tribunal maior do que a definida na meta. O indicador vem apresentando uma tendência negativa desde a primeira pesquisa, em 2009. Embora algumas ações tenham sido tomadas, como a criação de uma Comissão de Comunicação, por exemplo, elas ainda não surtiram efeitos diretos sobre o objetivo. Com vistas à melhoria da análise dos pontos de insatisfação dos servidores, foi implementado um novo modelo de pesquisa de clima e um aprofundamento do tratamento estatístico dos resultados, que possibilitaram melhor análise e identificação de soluções. O novo modelo e a análise mais acurada explica, em parte, o declínio acentuado no resultado de 2019, se comparado aos anos anteriores.

Indicadores Estratégicos da Perspectiva Pessoas

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Fortalecer o Engajamento de Servidores e Colaboradores	Satisfação da Força de Trabalho	70,00%	60,48%	73,24%	66,84%	73,24%	Não mensurado
	Satisfação dos Mesários	-	-	-	-	-	-
	Engajamento da Força de Trabalho	4,81%	4,23%	-	4,41%	-	-
	Resultado do Objetivo Estratégico:		0,00%		0,00%		-

Análise do objetivo: os resultados referentes à força de trabalho apontam para um decréscimo tanto na satisfação dos servidores quanto em relação ao engajamento. Esses índices foram verificados na pesquisa de clima organizacional realizada em 2019. Tais resultados sugerem a necessidade de um foco maior da administração do Tribunal para com este tema, com objetivo de analisar profundamente os resultados e buscar alternativas para melhoria dos indicadores. Ressalta-se, por fim, que o indicador Satisfação dos Mesários foi incluído no Plano Estratégico 2019-2021 e é mensurado apenas em eleições oficiais.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Desenvolver Pessoas por Competências	Adequação às Competências Gerenciais	95,00%	98,68%	82,00%	98,33%	81,00%	97,22%
	Adequação às Competências Técnicas	95,00%	97,79%	82,00%	97,15%	81,00%	96,08%
	Adequação às Competências Comportamentais	95,00%	98,23%	82,00%	97,80%	81,00%	96,77%
	Resultado do Objetivo Estratégico:		100,00%		100,00%		100,00%

Análise do objetivo: o excelente resultado reflete o cuidado da instituição com o mapeamento e desenvolvimento das competências necessárias ao alcance de seus objetivos, alcançando o TRE-RS a um patamar superior em relação à qualificação de seu quadro funcional. Cabe ressaltar que o processo de avaliação de desempenho do Tribunal passou por profundo aperfeiçoamento na sua modelagem, propiciando um avanço na gestão de pessoas.

Indicadores Estratégicos da Perspectiva Recursos

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Aperfeiçoar a Infraestrutura Física	Adequação das Instalações Físicas	93,00%	93,42%	92,00%	91,68%	91,00%	90,21%
	Resultado do Objetivo Estratégico:		100,00%		0,00%		0,00%

Análise do objetivo: o resultado demonstra um alto grau de preocupação do TRE com as condições físicas de suas instalações, tanto para os servidores como para os usuários de seus serviços. O desafio de aumentar a meta a cada ano que passa vem sendo superado satisfatoriamente.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Aperfeiçoar a Infraestrutura de TI	Segurança da Informação	60,00%	-	-	55,00%	-	-
	Disponibilidade de Sistemas	99,50%	98,53%	-	99,87%	-	-
	Resultado do Objetivo Estratégico:			0,00%		-	

Análise do objetivo: o indicador referente à segurança da informação é mensurado a partir do questionário IGov, o qual não foi aplicado pelo TCU em 2019. No entanto, várias ações tendentes à elevação do percentual foram iniciadas e trarão resultados positivos na próxima aferição, em conjunto com outras que serão iniciadas em 2020. Quanto ao índice de disponibilidade de sistemas, importa referir que o resultado contempla sistemas hospedados no TRE-RS e no TSE. Problemas pontuais refletiram no desempenho abaixo do esperado, como as paradas técnicas para manutenção (não contempladas na fórmula do indicador) e as instabilidades momentâneas oriundas das tarefas de estabilização da nova *storage*.

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta 2019	Resultado final 2019	Meta 2018	Resultado final 2018	Meta 2017	Resultado final 2017
Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária	Aderência da Execução – Orçamento Ordinário	77,00%	84,02%	75,40%	84,54%	70,00%	82,80%
	Aderência da Execução – Orçamento de Eleições	-	-	75,40%	82,75%	-	-
	Perdas Orçamentárias – Orçamento Ordinário	8,00%	3,08%	5,00%	6,85%	5,00%	4,90%
	Perdas Orçamentárias – Orçamento de Eleições	-	-	9,00%	13,61%	-	-
	Utilização do Limite de Pagamento	82,00%	82,34%	-	93,78%	-	-
	Resultado do Objetivo Estratégico:			100,00%		50,00%	

Análise do objetivo: o objetivo foi plenamente alcançado. A aderência da execução orçamentária, que representa o percentual do gasto em acordo com o planejado, teve um desempenho bem acima do esperado. Tal resultado deve-se, principalmente, a não ocorrência de cortes orçamentários ou contingenciamento significativo ao longo do ano, o que possibilitou a execução do orçamento próxima ao planejado. Quanto ao índice de perdas orçamentárias, considerando-se que quanto menor melhor, o percentual atingido foi o melhor dos últimos anos, superando com folga a meta estabelecida.

4.2. Principais Programas e Projetos



4.2.1 Projeto Biometria

O TRE-RS finalizou o ano de 2019 com 78,53% de seus eleitores cadastrados biometricamente. O trabalho realizado pela própria instituição atingiu 69,78% dos eleitores, que somados às importações

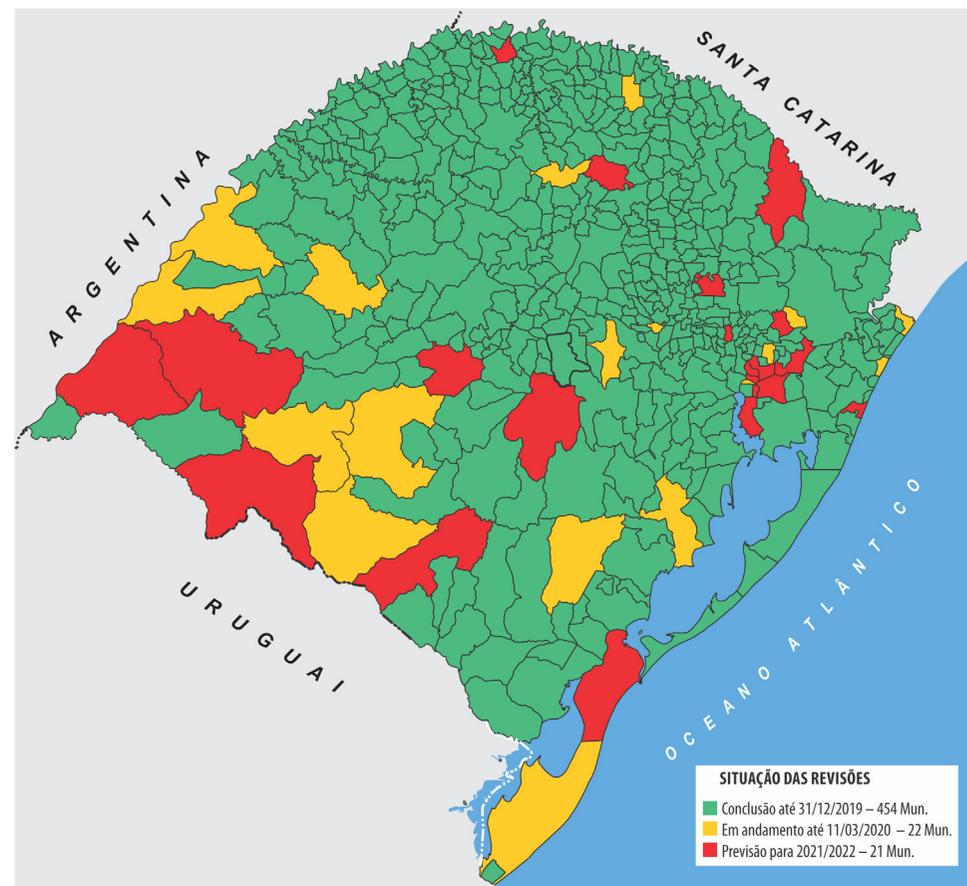
do IGP-RS e do DENATRAN, oportunizaram a superação da meta estabelecida no Plano Estratégico para 2019.

O mapa ao lado apresenta as cidades que já concluíram o cadastramento biométrico, as que estão em andamento e as que serão recadastradas até 2022.

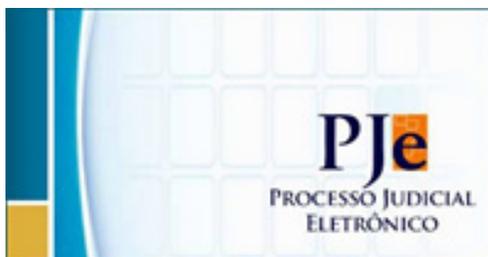
Outras informações e o calendário de revisões biométricas podem ser consultados em:

<http://www.tre-rs.jus.br/eleitor/recadastramento-biometrico>.

Figura 6 - Mapa da Biometria no Rio Grande do Sul



Fonte: TRE-RS



4.2.2 Processo Judicial Eletrônico - PJe

O sistema já se encontra em pleno funcionamento em todas as zonas eleitorais do estado.

A implantação ocorreu de forma gradual (entre agosto e novembro de 2019) e contou com o esforço de diversas áreas do Tribunal, de forma a prover toda a necessidade de suporte tecnológico e treinamento para servidores, juízes, promotores e advogados.

Importante frisar que todos os processos relativos às Eleições Municipais de 2020 serão eletrônicos, o que gerará maior agilidade na tramitação processual, transparência para a sociedade e economia de recursos materiais.



4.2.3 Programa Eleições 2020

O Programa Eleições ainda está em fase de planejamento e, por isso, não apresenta resultados até o presente momento.



4.2.4 Campanha Eleições 2020: A Justiça Eleitoral na Trilha da Cidadania

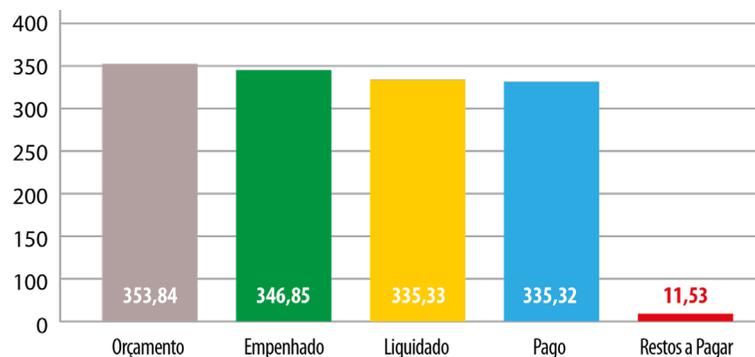
A campanha visitou 12 cidades em todas as regiões do estado, dentre as 14 inicialmente planejadas. Duas visitas foram canceladas em razão de imprevistos na agenda de julgamentos da presidência e da vice-presidência. O intuito foi de promover a identificação biométrica e a implantação do Processo Judicial Eletrônico, além de divulgar informações e prestar esclarecimentos sobre a segurança do processo eleitoral, a Eleição 2020 e a importância do voto consciente, aproximando a sociedade do TRE e reforçando a imagem da instituição junto à sociedade.

Ao todo, 687 pessoas estiverem presentes nos eventos promovidos no interior do estado. Dentre os participantes, estavam representadas 219 entidades públicas e privadas, além de advogados, dirigentes de partidos políticos, juízes e promotores eleitorais, servidores da Justiça Eleitoral, estudantes e demais cidadãos.

4.3. Resultados das Áreas Relevantes de Gestão

4.3.1 Gestão Orçamentária e Financeira

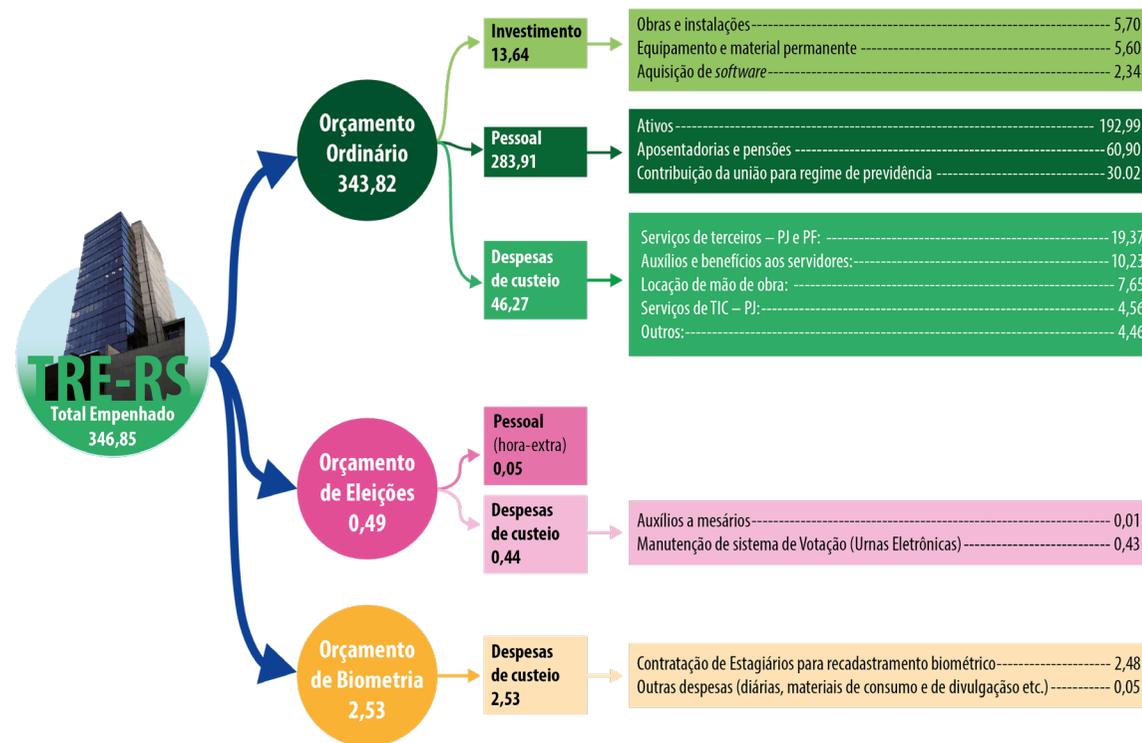
Gráfico 2 - Orçamento e Execução Orçamentária 2019



*Valores expressos em R\$ milhões

Os Restos a Pagar devem-se principalmente a elementos de despesas relativos à reforma do novo prédio, que demanda serviços cuja execução ultrapassa o exercício financeiro.

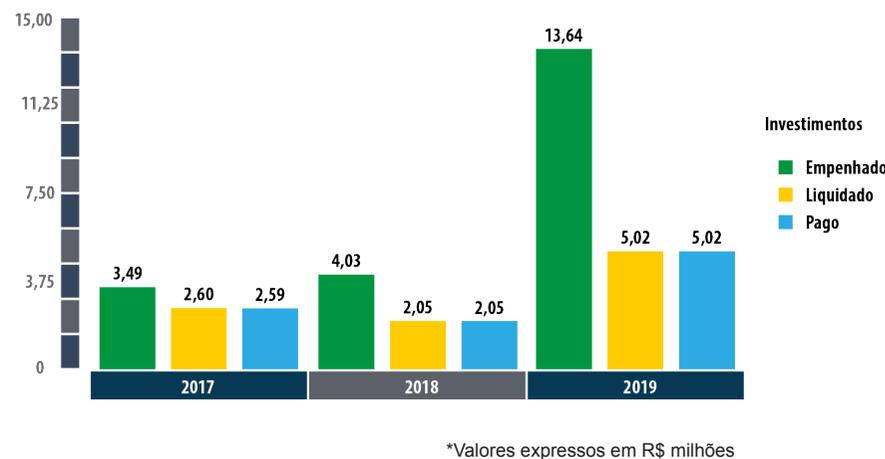
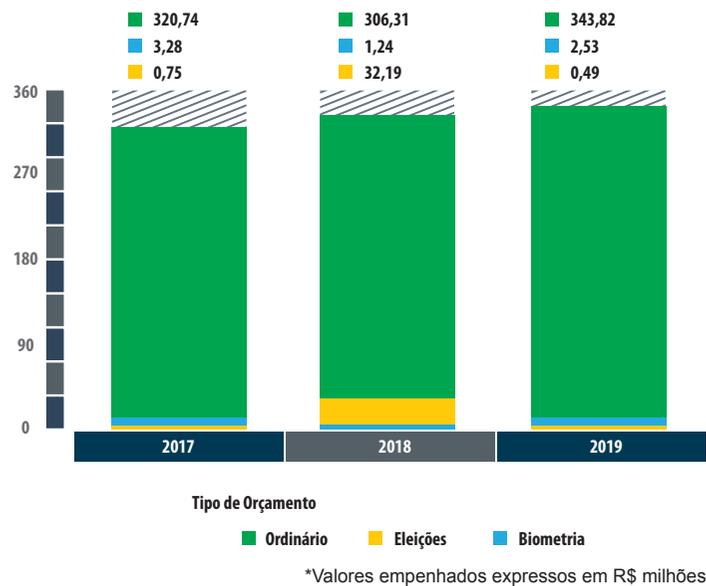
Execução Orçamentária 2019



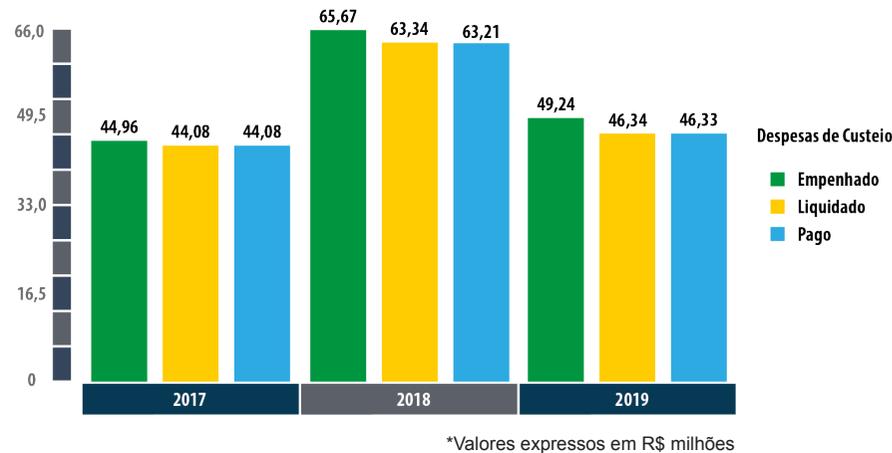
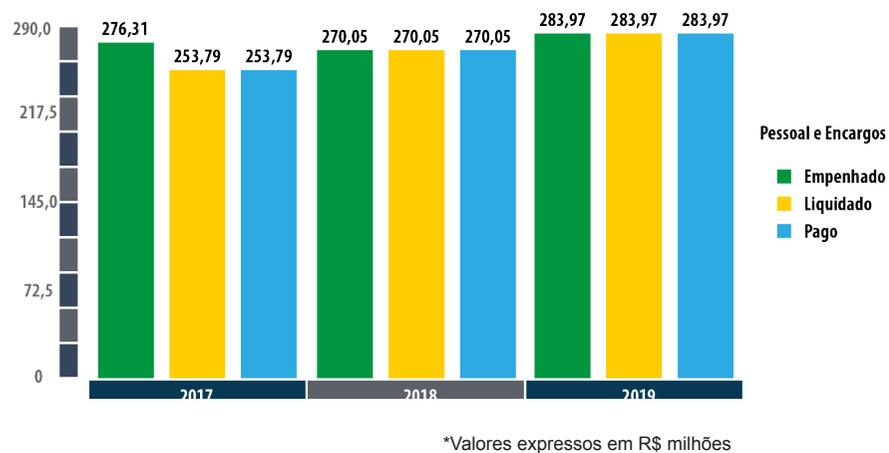
*Valores empenhados expressos R\$ em milhões

Evolução da Execução Orçamentária

Por orçamento:



Por grupo de despesa:



Conforme gráficos da página anterior, comparando-se ao exercício de 2018, o orçamento total empenhado evoluiu 2,1%. Os aumentos devem-se, basicamente, ao reajuste da remuneração dos servidores, às despesas (investimentos) decorrentes da reforma do novo prédio do Tribunal e ao aumento do valor do cadastramento biométrico, visando à ampliação do atendimento neste ano de interstício eleitoral.

Por outro lado, percebe-se natural redução do valor despendido em pleitos, devido ao ano de 2019 não ser de eleições ordinárias.

Desafios e Ações Futuras

O Tribunal deverá planejar e garantir orçamento necessário para: realização das Eleições 2020, conclusão do cadastramento biométrico de todos os eleitores do estado até 2022 e manutenção de sua infraestrutura.

4.3.2 Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a [Lei n. 8.112/1990](#), o TRE-RS dispõe de diversas normas infralegais (entre portarias, resoluções, instruções e entendimentos administrativos) que versam sobre capacitações, diárias, jornada de trabalho, licenças, remoções, dentre outros temas relacionados à gestão de pessoas. Além dessas normas internas, existem as diretrizes externas expedidas pelo TSE, CNJ e TCU.

Avaliação da Força de Trabalho

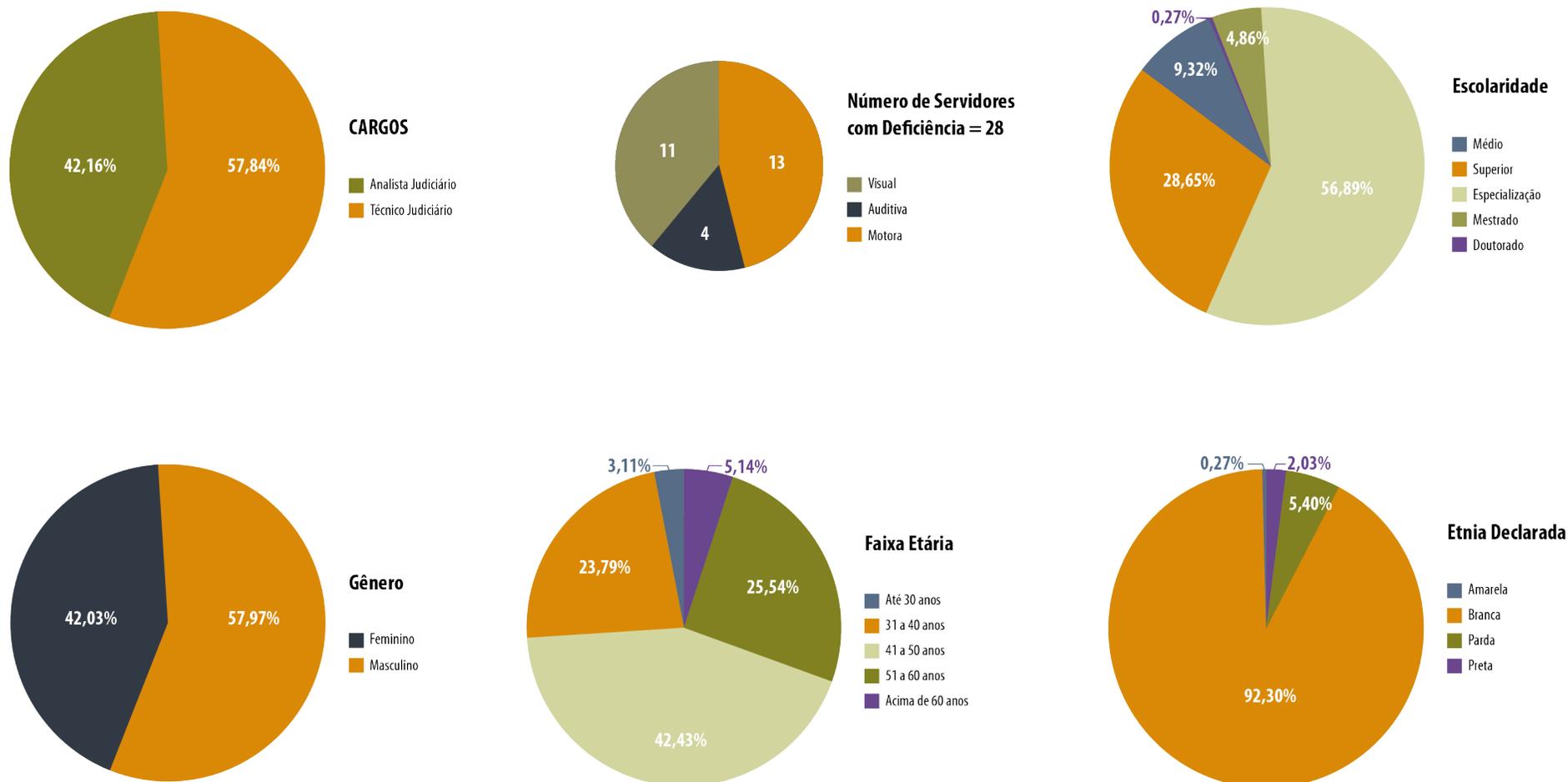
O TRE-RS possui quadro próprio de servidores, os quais são providos por meio de concurso público. Além destes servidores, a instituição conta ain-

da com diversas outras classes de trabalhadores, os quais possuem vínculo temporário com o TRE-RS e exercem suas funções majoritariamente na área-fim, conforme demonstrado a seguir:

Força de Trabalho	Quantidade em 31/12/2019	Área-fim	Área-meio
Quadro Efetivo de Servidores	740	423	317
Removidos para este Tribunal	31	20	11
Requisitados	344	344	0
Comissionado sem Vínculo com a Administração Pública	1	0	1
Lotação provisória	4	0	4
Promotores Eleitorais	166	166	0
Juizes e Desembargadores Eleitorais	172	172	0
Estagiários	282	259	23
Terceirizados (telefonista, limpeza, vigilância, motoristas, etc)	219	0	219
Total	1959	1384	575
Percentual	-	70,65%	29,35%

Unidade de trabalho	Ativos do Quadro Efetivo de Servidores	Removidos/Requisitados/Comissionados e Provisórios	Magistrados de 1º e 2º graus	Promotores Eleitorais	Estagiários
Presidência	7	0	-	-	0
Diretoria-Geral	6	0	-	-	0
Secretaria de Administração	94	1	-	-	11
Secretaria de Controle Interno	25	1	-	-	1
Secretaria da Corregedoria	22	3	-	-	1
Secretaria de Gestão de Pessoas	50	3	-	-	1
Secretaria Judiciária	61	6	-	-	5
Secretaria de Orçamento e Finanças	22	1	-	-	2
Secretaria de Tecnologia da Informação	55	3	-	-	3
Cartórios Eleitorais	373	358	165	165	254
Assessoria de Comunicação	6	2	-	-	3
Assessoria Jurídica	5	0	-	-	0
Assessoria de Planejamento	3	1	-	-	0
Escola Judiciária Eleitoral	11	1	-	-	1
Tribunal Pleno	-	-	7	1	-

São 795 cargos existentes, dos quais 761 ocupados. Destes, 21 encontram-se atualmente removidos / cedidos para outros Tribunais, restando **740 servidores** que estão efetivamente exercendo suas funções no TRE-RS. Outras informações sobre a **força de trabalho** podem ser encontradas [aqui](#).

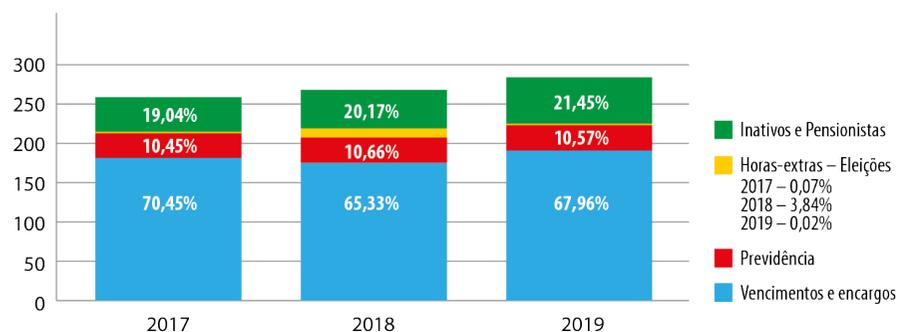


Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

O **recrutamento externo**, para o quadro de servidores, acontece por meio de **concurso público**. Os cargos em comissão são ocupados quase em sua totalidade por servidores concursados. Magistrados e Promotores são definidos de acordo com os artigos 25 e 27 do **Código Eleitoral**. Os requisitados (Lei nº 6.999/1982 e Lei nº 13.328/2016, art. 105), estagiários (seleção realizada pelos gestores da instituição) e terceirizados (empresa vencedora da licitação) são contratados conforme a necessidade.

A movimentação interna e a lotação de servidores leva em conta as necessidades das unidades e a disponibilidade de vagas, nos termos da **INDG n. 18/2015**. Pode ocorrer pelo interesse da administração ou mesmo utilizando a lotação por competências, que considera as especificações da função e as questões técnicas, gerenciais e comportamentais exigidas pela unidade.

Evolução da Despesa com Pessoal



*valores expressos em R\$ milhões

O aumento da despesa com pessoal é decorrente da implementação da última parcela do plano de cargos e salários do Poder Judiciário, aprovado pela **Lei 13.317/2016**. Mais informações sobre a **carreira e faixa salarial** dos servidores do quadro próprio podem ser encontradas [aqui](#).

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

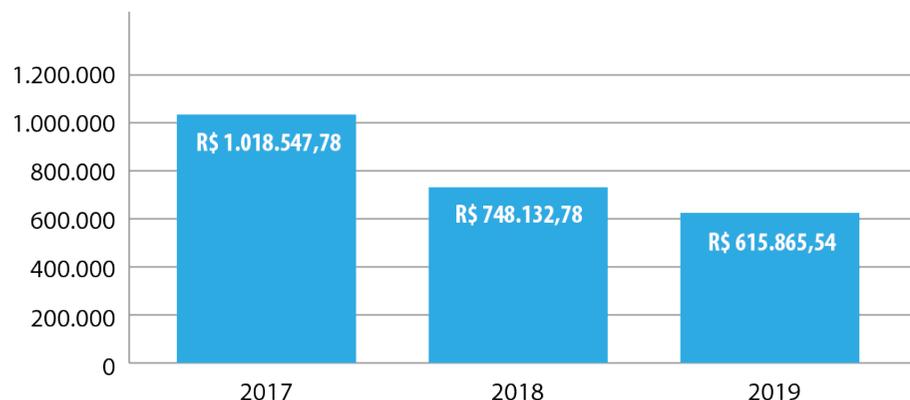
A avaliação de desempenho por competências no TRE-RS é realizada durante o estágio probatório, ao longo da progressão/promoção funcional e, também, na avaliação anual dos demais servidores que já se encontram no nível final da carreira (C13). O atual modelo permite uma maior customização dos critérios de acordo com as necessidades de cada unidade. A ferramenta tem sido valiosa no sentido de revelar lacunas relativas às competências comportamentais, técnicas e gerenciais, possibilitando um melhor direcionamento dos planos de capacitação.

É possível, ainda, alcançar o desdobramento em outras práticas de gestão de desempenho por competências, por exemplo, seleção interna de lotação por competências: as vagas que surgem – excetuando-se aquelas decorrentes de cargos especializados – são abertas a todos os servidores, sendo que o critério de seleção baseia-se especialmente no perfil de competências do candidato.

A legislação que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União (**Lei n. 11.416/2006**, alterada pela Lei n. 13.317/2016) não possui previsão de ganhos atrelados ao desempenho. Entretanto, entende-se que o desempenho pode vir a ser utilizado em outras iniciativas que promovam a meritocracia, como a designação a cargos de chefia e assessoramento. O quantitativo, tipos e ocupação dos cargos e funções de confiança podem ser acessados [aqui](#).

Capacitação

Em 2019, o TRE-RS investiu R\$ 615.865,54 em capacitação, valor que representa 82,3% do valor de 2018 e apenas 60,5% em relação a 2017.



Diante do cenário de restrições, para manter a oferta de capacitação ao quadro de colaboradores, sem prejuízo à qualidade das ações, o TRE-RS adotou as seguintes estratégias:

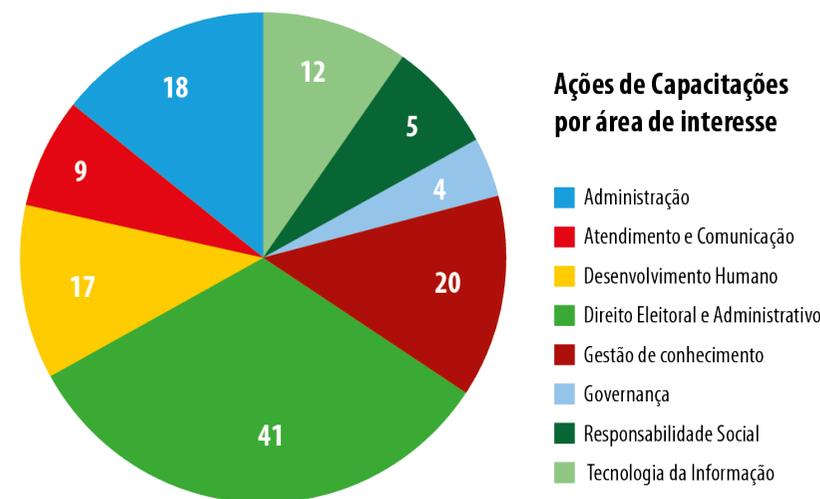
- Parceria com outros Tribunais Regionais Eleitorais e com o Conselho Nacional de Justiça para compartilhamento de capacitações na modalidade de educação a distância (EAD);
- Parcerias com as áreas de capacitação de outros órgãos (Advocacia Geral da União, Assembleia Legislativa do Estado do RS, Tribunal de Contas do RS, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região) para oferta de vagas em cursos contratados;
- Fomento à instrutoria interna, especialmente em temas afetos ao Direito Eleitoral, em que há talentos no quadro de pessoal com

plena competência para conduzir ações de capacitação para magistrados e servidores;

- Aprimoramento e atualização do ambiente de EAD do TRE-RS, para que possa ser ampliada a oferta de capacitações nesta modalidade;
- Priorização de capacitações no formato *in company*, procurando otimizar os recursos financeiros.

Com tais estratégias, os **resultados** foram os seguintes:

126 ações de capacitação (presencial e à distância), totalizando 2.071 horas de treinamento, nas seguintes áreas de interesse:



Ao todo, foram 4.676 participações nas capacitações, atingindo 474 servidores, 55 magistrados, 68 requisitados e 85 estagiários.

Desafios e Ações Futuras

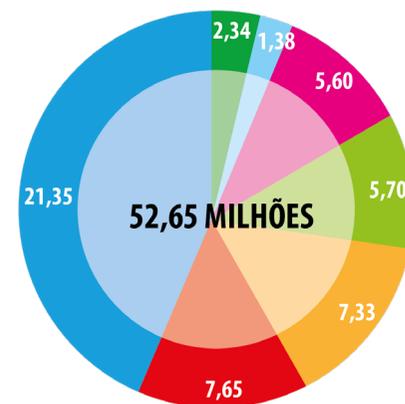
- Reposição de cargos: o TRE-RS possui demandas que exigem a criação de novas áreas de trabalho, com a conseqüente criação de cargos específicos. O quantitativo de aposentadorias concedidas representou prejuízos à força de trabalho, visto que foram suspensos os provimentos de cargos vagos no âmbito da Justiça Eleitoral (Portaria TSE n. 671 / 2017), limitando as nomeações de novos servidores no decorrer do exercício de 2019;
- Engajamento do quadro funcional: elevar o nível de investimento em políticas que promovem a saúde e a qualidade de vida do servidor, posto que tais aspectos influenciam questões como rotatividade interna, retenção de talentos, produtividade dos colaboradores e clima organizacional;
- Restrição Orçamentária: o desafio é manter o desenvolvimento de competências diante de recursos escassos;
- Implantação do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT): a implantação do DFT no TSE e em todos os TRE's visa estimar o quantitativo ideal de pessoas em cada área de atuação e otimizar o uso da força disponível para a geração dos resultados esperados.

4.3.3 Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

As principais normas são: Lei n. 8.666/1993, Lei n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, Decreto n. 7.174/2010, Decreto n. 7.892/2013, Decreto n. 9.412/2018, Decreto n. 10.024/2019, Instruções Normativas DG nºs 23/2019 e 24/2019 do TRE/RS, e Instruções Normativas da Presidência nºs 54 e 56 do TRE/RS.

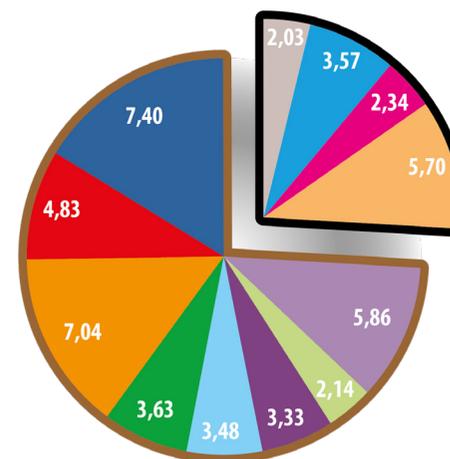
Gastos das contratações: R\$ 51,35 milhões



CONTRATAÇÕES POR NATUREZA

- Serviços de Terceiros
- Locação de Mão de Obra
- Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ
- Obras e Instalações
- Equipamentos e Material Permanente
- Material de Consumo
- Outros

Valores expressos em R\$ milhões



CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE

- **Despesas de Custeio 73,44%**
 - Locação de Imóveis e Equipamentos
 - Plano de Saúde de Servidores
 - Limpeza e Vigilância
 - Teleprocessamento e Telefonia
 - Estagiários
 - Manutenção Predial
 - Água e Energia Elétrica
 - Outras Despesas Correntes
- **Investimentos de Capital 26,56%**
 - Ar Condicionado – futura sede
 - Aquisição de software
 - Equipamentos de TI
 - Outros Investimentos de Capital

Valores expressos em R\$ milhões

Contratações mais Relevantes

Objeto da contratação e modalidade de licitação	Valor (R\$)	Objetivo estratégico	Justificativa
Aquisição e instalação de sistema de ar condicionado – futura sede	5.700.000,00	Aperfeiçoar infraestrutura física	Modernizar o sistema de condicionamento de ar no novo prédio do TRE-RS (Ed. Assis Brasil).
Plano privado de assistência à saúde para os servidores (Unimed)	4.827.757,08	Fortalecer o engajamento de servidores e colaboradores	Oferecer serviço de saúde qualificado ao quadro de servidores, proporcionando melhorias na qualidade de vida, diminuindo, assim, o absenteísmo.
Serviços de comunicação de dados	2.659.561,78	Aperfeiçoar a infraestrutura de TI	Promover a conexão de dados entre os cartórios eleitorais e o prédio-sede.
Estagiários para o cadastramento biométrico	2.015.320,16	Assegurar a legitimidade e o aprimoramento do processo eleitoral	Incrementar a força de trabalho devido à maior demanda.
Software de gerenciamento de logs e eventos de segurança da infraestrutura de TI	1.147.000,00	Aperfeiçoar a infraestrutura de TI	Necessidade de ferramenta que analise grandes volumes de dados, identifique ataques e reforce a segurança da informação.

Contratações Diretas: R\$ 12,89 milhões

Representam 25,10% do total gasto em contratações no ano, cujos objetos e situações enquadram-se nos artigos 24 e 25 da [Lei n. 8.666/93](#). Os principais tipos de contratações diretas são aluguéis de imóveis, energia elétrica, serviços postais, trabalhos técnicos, entre outros. Mais informações sobre as contratações diretas encontram-se [aqui](#). Detalhes sobre todos os contratos vigentes podem ser conferidos [aqui](#).

Desafios e Ações Futuras

Além das atividades relacionadas à oferta de infraestrutura para as Eleições 2020, seguem os desafios envolvendo a reforma do edifício Assis Brasil – futura sede do TRE-RS, assim como melhor adequação dos cartórios eleitorais e aperfeiçoamento da infraestrutura de TI.

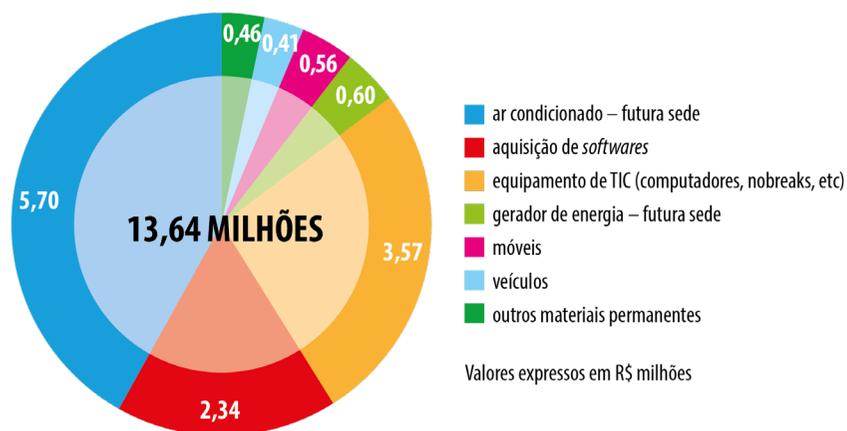
Além destes desafios, o Tribunal buscará novas práticas sustentáveis que envolvam gestão de resíduos sólidos, produção própria de energia por sistemas solares (projeto contratado para os prédios de Caxias do Sul, Pelotas e atual prédio sede) e eficiência no uso de água e energia.

4.3.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade Legal

Lei n. 4.320/64, Decreto n. 9.373/2018 e Instrução Normativa TRE-RS P n. 18/2010.

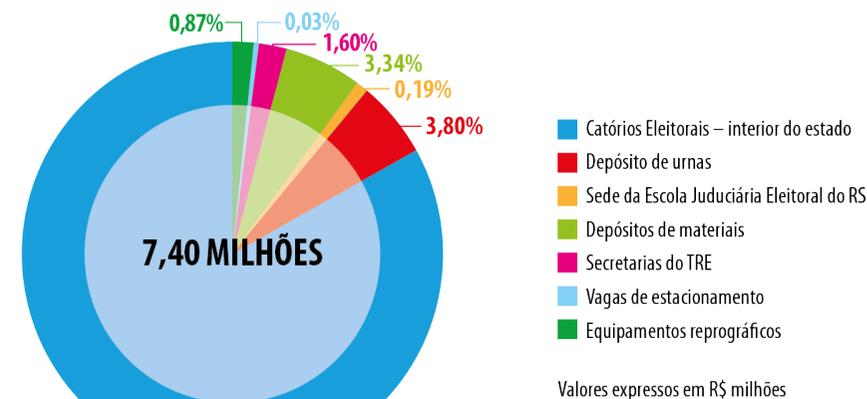
Investimentos de Capital: R\$ 13,64 milhões



Desfazimento de Ativos

Foram 2.863 itens, totalizando R\$ 248.184,52. A baixa patrimonial ocorreu sob forma de doação para 259 itens (R\$ 58.936,02), por destinação - bens cuja recuperação é considerada impossível ou inconveniente pela administração - para 2.602 itens (R\$ 133.198,50) e por dação em parte do pagamento para 2 veículos (R\$ 56.050,00), estes na aquisição de dois novos automóveis.

Locações de Imóveis e Equipamentos: R\$ 7,40 milhões



Desafios e Ações Futuras

Continuidade das adequações de infraestrutura física visando à prevenção de incêndio e acessibilidade predial. Serão realizadas readequações em 10 cartórios eleitorais em 2020.

4.3.5 Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade Legal

O TRE-RS observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo CNJ, TSE e normativos próprios para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação.

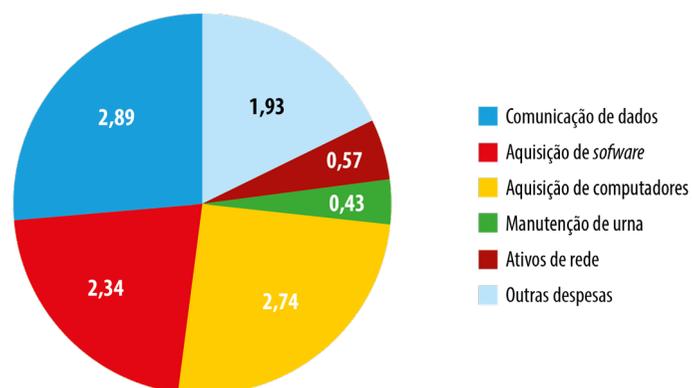
Governança de TI

É definida pela [Resolução TRE-RS n. 272/2015](#), que institui duas instâncias:

- **Comitê de TI:** composto por representantes da alta administração, é responsável pela definição de diretrizes, acompanhamento da gestão de TI e, especialmente, priorização de investimentos em contratações;
- **Comissão Executiva de TI:** composta por servidores da área, apoia o comitê e a secretaria de TI em decisões relativas à infraestrutura, proposta orçamentária e planos de contratação.

O Tribunal conta com um [Plano Estratégico de TIC](#), onde estão estabelecidas as principais diretrizes internas, e um [Plano Diretor de TIC](#), o qual define as ações e contratações de tecnologia da informação da instituição.

Montante de Recursos Aplicados em TI: R\$ 10,90 milhões



Contratações mais Relevantes de Recursos de TI

- **Comunicação de dados entre a capital e o interior do estado:** com aumento da velocidade de conexão de 4Mbps para 10Mbps e redução de 25% no custo global em relação ao contrato anterior.
- **Aquisição de computadores:** para adequar a infraestrutura dos cartórios eleitorais às metas do CNJ e substituir os equipamentos fora de garantia ou defasados (com mais de 6 anos de uso).
- **SIEM (Security Information and Event Management):** solução de *software* para gerenciamento de *logs* e eventos de segurança com objetivo de reforçar a segurança da informação.

Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI

Macroprocesso	Iniciativas	Resultados
Governança	Implantar processos de gestão de serviços de TI.	Formalização da estrutura de serviços, segurança da informação e governança de TI por meio das portarias P n. 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203 e 204 de 2019.
Prestação Jurisdicional	Implantação do PJe no 1º grau.	O sistema de tramitação processual foi instalado em todas as zonas eleitorais, agilizando a tramitação processual.
Eleições	Contratação de nova conexão de dados entre a sede e os locais de atendimento do TRE-RS.	Aumento da velocidade da transmissão de dados e da segurança da informação.
Cadastramento Eleitoral	Aperfeiçoamento dos controles do cadastramento eleitoral.	Foram criados painéis de monitoramento do cadastro de eleitores, visando à identificação e correção de possíveis falhas e inconsistências.
	Disponibilização de estruturas para biometria.	As estruturas temporárias montadas no interior do estado permitiram suportar o significativo aumento da demanda de eleitores para o recadastramento biométrico.

Segurança da Informação

O TRE-RS tem empreendido esforços para elevar sua maturidade em [segurança da informação](#).

Ações foram iniciadas com o objetivo de implementar controles estabelecidos pela [Política de Segurança da Informação](#) e ampliar a inviolabilidade dos sistemas, tais como:

- Contratação da ferramenta [SIEM](#) (*software* que fornece análise sobre incidentes e eventos de segurança, alertando para possíveis problemas na infraestrutura de tecnologia da informação);
- Formalização do [processo de gestão de acesso](#) e elaboração de normas de segurança da informação;
- Avaliação do [sistema de segurança da informação do TRE-RS](#), utilizando instrumento de medição e planejamento fornecido pela empresa Gartner;
- [Conscientização dos usuários](#) sobre os riscos provenientes das falhas na segurança da informação.

Desafios e Ações Futuras

- Consolidar os processos de governança institucional de TI, com maior participação da alta administração do TRE;
- Aperfeiçoar e integrar os processos de gestão de serviços de TI, os quais foram formalizados em 2019;
- Na esfera nacional, da qual o TRE-RS participa ativamente, destaca-se a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de

transparência e auditoria da urna eletrônica, alvo de críticas e ataques mediante *fake news*.

4.3.6 Gestão de Custos

Conformidade Legal

A apuração de custos na Justiça Eleitoral é responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral e está regulamentada pela [Resolução TSE nº 23.504/2016](#). Além deste normativo, a gestão de custos também é direcionada pela Lei anual de Diretrizes Orçamentárias – LDO ([Lei n. 13.473/2017](#)) e pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF ([Lei Complementar n. 101/2000](#)).

Custos por Área de Atuação

A distribuição dos recursos consumidos no TRE-RS pode ser verificada [aqui](#).

4.3.7 Sustentabilidade

O TRE-RS possui uma [Política de Responsabilidade Socioambiental](#), a qual estabelece diretrizes, objetivos e atribuições da instituição em relação ao tema. Há, ainda, um comitê estratégico multidisciplinar ([Valor Público](#)) com intuito de fomentar padrões de consumo sustentáveis, descarte adequado, uso do material de forma responsável e convivência solidária.

Critérios de Sustentabilidade Utilizados nas Contratações e Aquisições:

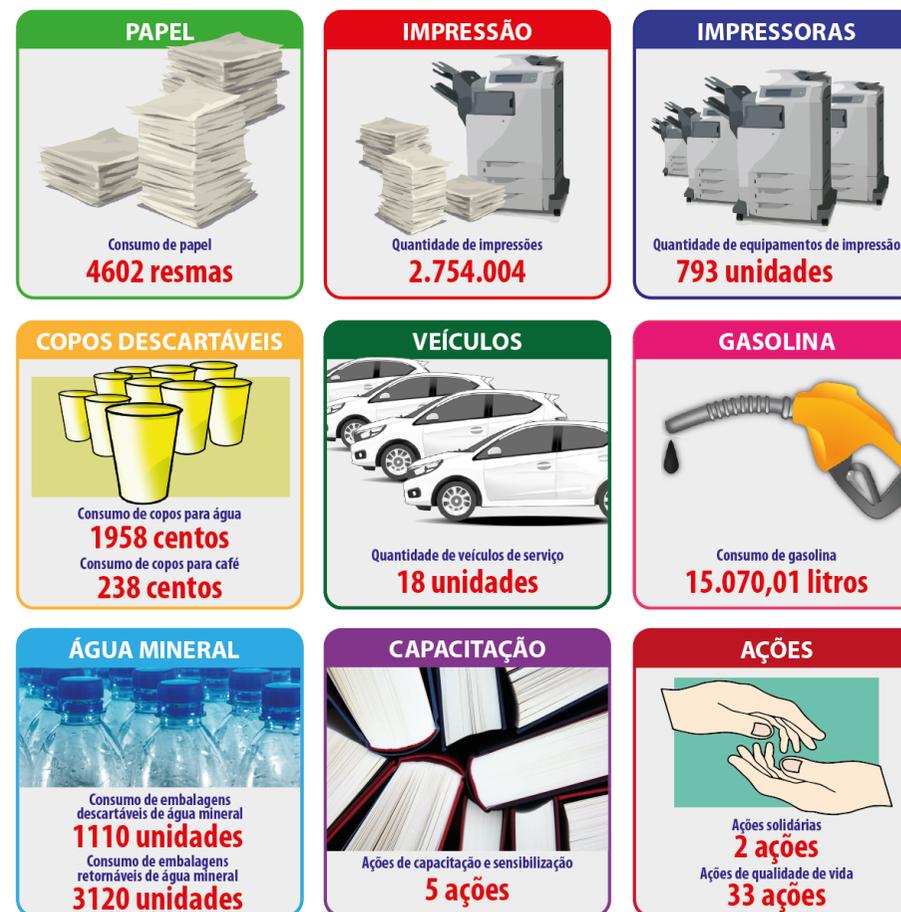
- Para compra de equipamentos elétricos/eletrônicos, é requerida a classificação “A” de eficiência energética, no intuito de gerar um menor consumo de recursos naturais. Os aparelhos de ar condicionado devem utilizar exclusivamente gás ecológico, que não agride a camada de ozônio;
- O mobiliário de madeira adquirido precisa ser confeccionado com insumos provenientes de manejo florestal responsável ou reflorestamento, mediante comprovação por meio de certificado;
- No caso do papel, é necessária a apresentação da certificação da origem da madeira, comprovando a proveniência de florestas renováveis. Os envelopes timbrados, por sua vez, exigem papel sulfite ou kraft reciclados, o que promove o reaproveitamento dos materiais;
- A logística reversa é sempre uma condição para as contratações de cartuchos de toners, pilhas e baterias, de acordo com a [Lei nº 12.305/2010](#), que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O descarte correto desses insumos é assegurado pela administração, sem ônus para o Tribunal, por meio de parcerias com instituições de reciclagem.

Ações para Redução do Consumo de Recursos Naturais:

A instituição segue o [Plano de Logística Sustentável – PLS](#) do poder judiciário, onde são propostos indicadores mínimos de desempenho ambiental e econômico para todos os tribunais do país.

No âmbito interno, o Comitê Valor Público realiza diversas ações com vistas à orientação de servidores para que reduzam o consumo de materiais

e adotem práticas sustentáveis. O plano do TRE-RS para a sustentabilidade institucional pode ser conferido [aqui](#), enquanto os resultados alcançados em 2019 estão expostos a seguir. Importante ressaltar que tais resultados apresentam redução do consumo quando comparados ao último ano não eleitoral (2017).



4.4. Outros Resultados



4.4.1 Renovação das Eleições

São realizadas sempre que uma decisão judicial acarreta o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário.

Em 2019, houve apenas uma [renovação de eleição no município de Palmares do Sul](#), ocorrida em em 07 de julho e com aproximadamente dez mil eleitores.

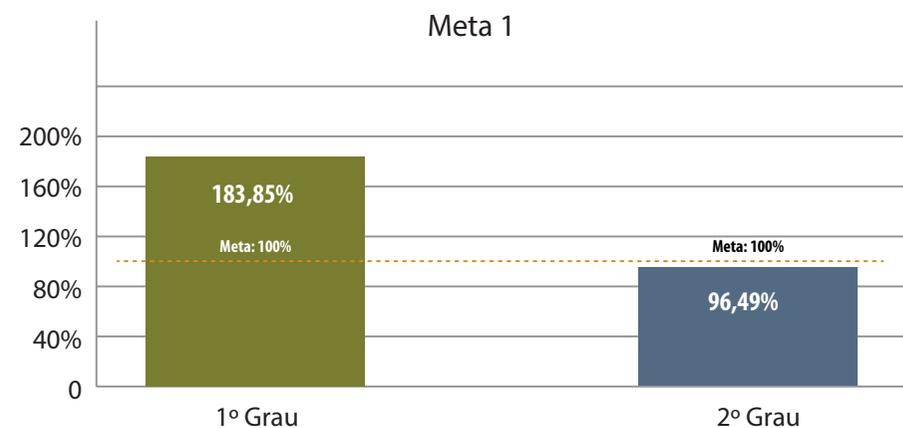


4.4.2 Metas Nacionais do Poder Judiciário

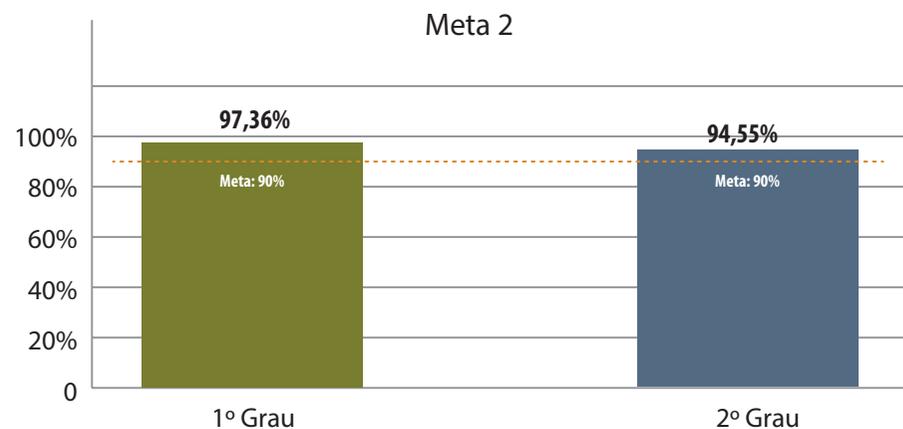
Objetivam aperfeiçoar a prestação jurisdicional e representam o compromisso dos tribunais brasileiros com a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Anualmente, o CNJ define as metas a serem cumpridas por todos os tribunais, as quais são divididas em nacionais e específicas. À Justiça Eleitoral, em 2019, coube cumprir três metas nacionais e duas específicas, cujos resultados foram:

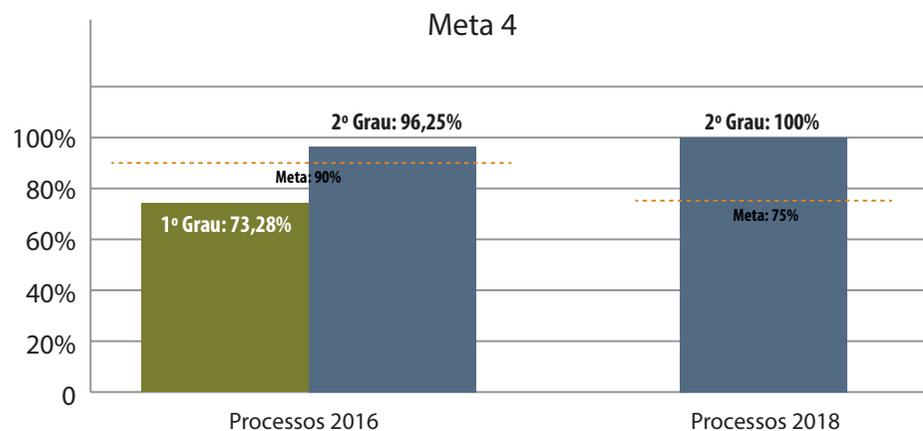
Meta Nacional 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.



Meta Nacional 2: “Julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017”.



Meta Nacional 4: “Identificar e julgar até 31/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda do mandato eletivo”.



Metas Específicas

Meta 1

“Implantar o PJe em unidades do primeiro grau de jurisdição da Justiça Eleitoral”



Meta 2

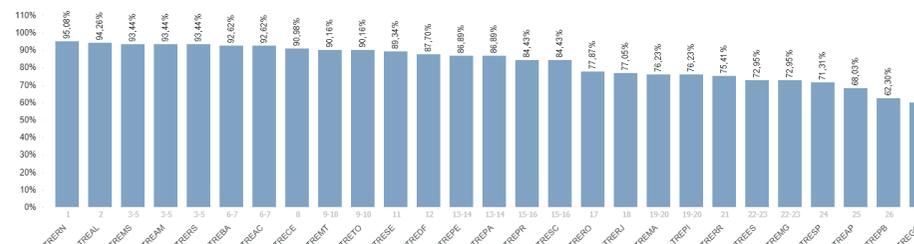
“Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral”



4.4.3 Ranking da Transparência

A [Portaria 95/2019 do CNJ](#) estabeleceu os itens a serem avaliados no [Ranking da Transparência do Poder Judiciário](#) para o ano de 2019. O prêmio tem como objetivo estimular os órgãos a disponibilizarem suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade e, assim, facilitar o acesso aos dados dos tribunais brasileiros.

O TRE-RS atendeu 93,44% dos critérios definidos, alcançando o terceiro lugar no *ranking*.



Fonte: CNJ

4.4.4 Prêmio CNJ de Qualidade



Instituído pela [Portaria CNJ nº 88/2019](#), o [Prêmio CNJ de Qualidade](#) visa estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações e na produtividade.

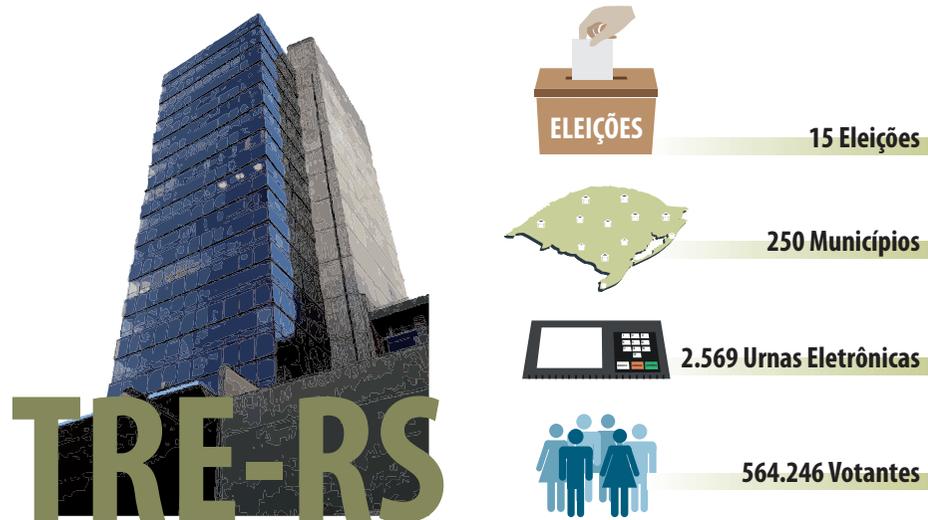
No prêmio, o desempenho dos tribunais é avaliado com base em critérios distribuídos em três eixos temáticos: governança, produtividade e transparência e informação.

Em 2019, o TRE-RS recebeu o prêmio na [categoria “Diamante”](#).

4.4.5 Eleições Comunitárias - 2019

São eleições não oficiais que utilizam urnas eletrônicas, mediante empréstimo da Justiça Eleitoral, para contabilizar os votos. Para cada ocasião, um sistema específico é configurado de acordo com os dados de cargos, candidatos e eleitores.

Em 2019, a Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul atuou em:



Tais eleições objetivam atender ao objetivo estratégico de “fomentar a aproximação da JE com a sociedade”. Informações mais detalhadas sobre as eleições comunitárias podem ser acessadas [aqui](#).



4.4.6 Programa de Qualidade de Vida no Trabalho - PQT

O programa, de âmbito interno, objetiva fortalecer o engajamento do seu quadro funcional por meio da promoção da saúde dos servidores.

Em 2019, o TRE desenvolveu 33 ações voltadas à qualidade de vida no trabalho e ao desenvolvimento humano, obtendo 2.808 participações.

05

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

5.1. Estrutura Contábil

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul possui em sua estrutura contábil interna a Unidade Gestora Executora (UG n. 070021) e a Unidade Gestora de Auditoria (UG n. 070053). Tais unidades têm funções segregadas quanto às operações relacionadas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF - UG n. 070021), sob responsabilidade do servidor Francisco Alexandre Bertolo Kausch, CRC/RS n. 42.449, possui três áreas com atividades segmentadas, sendo uma responsável pela emissão de empenhos, outra pela liquidação e pagamento e uma terceira pela conformidade dos registros de gestão.

A área responsável pela conformidade dos registros de gestão não realiza registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Os procedimentos inerentes à conformidade dos registros de gestão certificam a existência de documentos hábeis que suportam os registros dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Já o registro da conformidade contábil, atividade inerente à setorial contábil, é realizado por contador, servidor Antonio Carlos Mesturini – CRC/RS n. 90.025, lotado na Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI - UG n. 070053).

Adicionalmente, são realizadas auditorias na execução contábil, orçamentária e financeira da instituição, além de exames mensais no balancete contábil.

Ainda, cabe mencionar que toda a equipe atuante na estrutura contábil é composta por servidores concursados e devidamente capacitados para o cumprimento das normas legais e técnicas, adotando mecanismos de controle e garantia da confiabilidade, regularidade e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis.

Por fim, salienta-se que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI, regidos pela [Lei nº 4.320/1964](#) e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público relativas ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

5.2. Situação Financeira Contábil e Evolução no Exercício

Quadro Evolutivo das Dotações Recebidas

Orçamento	2018	2019	Evolução
Ordinário	R\$ 314.922.512,00	R\$ 350.805.742,00	R\$ 35.883.230,00
Biometria	R\$ 1.240.515,00	R\$ 2.543.519,00	R\$ 1.303.004,00
Pleitos Eleitorais	R\$ 33.119.814,00	R\$ 491.059,55	(R\$ 32.628.754,00)
Totais	R\$ 349.282.841,00	R\$ 353.840.320,55	R\$ 4.557.479,55

Detalhamento do Orçamento Ordinário

Orçamento Ordinário	2018	2019	Evolução
Pessoal e benefícios	R\$ 280.964.045,00	R\$ 304.573.699,00	R\$ 23.609.654,00
Outras despesas correntes e de capital	R\$ 33.958.467,00	R\$ 46.232.043,00	R\$ 12.273.576,00
Totais	R\$ 314.922.512,00	R\$ 350.805.742,00	R\$ 35.883.230,00

5.2.1 - Principais Fatos Relativos à Situação Financeira do TRE-RS

No exercício de 2019, conforme demonstrado no quadro evolutivo das dotações recebidas, o total recebido foi de R\$ 353.840.320,55. Deste montante, a despesa empenhada foi R\$ 346.848.045,93 (98,02%), a despesa liquidada R\$ 335.326.704,97 (94,77%) e a despesa paga foi R\$ 335.316.273,97 (94,76%).

No orçamento ordinário, conforme demonstrado acima, observa-se a evolução orçamentária de R\$ 35.883.230,00 em 2019, sendo R\$ 23.609.654,00 referentes à aplicação da Lei 13.317/2016, que concedeu reposição salarial aos servidores do Poder Judiciário, e R\$ 12.273.576,00 às despesas relativas à modernização do sistema de ar condicionado (R\$ 6.900.000,00), manutenção e aquisição de equipamentos (R\$ 5.373.576,00) para a futura sede, adquirida no exercício de 2018.

A evolução de R\$ 1.303.004,00 no orçamento de biometria deveu-se ao período maior de aplicação dos recursos (12 meses em 2019 e apenas 4 meses em 2018 em virtude do prazo para fechamento de cadastro para a realização das Eleições Gerais).

Em pleitos eleitorais, a redução correspondente a R\$ 32.628.754,00 justifica-se pela inexistência de eleições ordinárias. O valor recebido de

R\$ 491.059,55 refere-se à despesa com manutenção das urnas eletrônicas e à realização de eleição suplementar no município de Palmares do Sul.

As [Demonstrações Contábeis](#) relativas ao exercício de 2019 podem ser conferidas [aqui](#).

5.3. Avaliação dos Custos e Resultados Financeiros

O aumento das despesas ocorreu em razão da reposição salarial aos servidores do Poder Judiciário ([Lei 13.317/2016](#)) e dos investimentos realizados na futura sede, a qual viabilizará a concentração jurisdicional e administrativa na capital do estado.



Glossário

GLOSSÁRIO

Aderência da execução orçamentária: indicador que mede o quanto do que foi planejado foi executado em termos orçamentários.

Balanced Scorecard: instrumento de planejamento estratégico no qual se definem as metas e estratégias da organização, com o objetivo de medir seu desempenho por meio de indicadores quantificáveis, verificáveis e balanceados em diferentes perspectivas.

Biometria: projeto criado com o objetivo de aumentar a segurança da votação. Busca identificar e verificar a impressão digital do eleitor, garantindo que cada cidadão seja único no cadastro eleitoral.

Cadeia de valor: representa as grandes atividades pelas quais a organização cumpre a sua missão.

Clima organizacional: indica o nível de satisfação dos colaboradores de uma organização em relação a diferentes aspectos da sua cultura, ambiente e processos de trabalho.

Comunicação interna: comunicação efetiva entre integrantes de uma organização. Pode ser desenvolvida com conjunto de ações que facilitem a transmissão de mensagens.

Conformidade contábil: certificação dos demonstrativos contábeis gerados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), por meio de análises dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Competências organizacionais: conjunto de conhecimentos e capacidades necessários à execução da estratégia definida pela organização.

Fake news: expressão em língua inglesa, traduzida como 'notícias falsas'. Sua prática consiste na distribuição de desinformação ou boatos por meio da mídia tradicional e das redes sociais.

Governança: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Governança de TI: é parte da Governança Corporativa e é formada pela liderança, estruturas organizacionais e processos que garantem que a TI sustente e melhore a estratégia e objetivos da organização.

Mapa estratégico: diagrama usado para registrar os objetivos estratégicos que estão sendo seguidos por uma organização.

Matriz de materialidade: é uma ferramenta que ajuda a identificar temas realmente relevantes para a organização.

Mídias: conjunto de meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, rádio, cinema, televisão e internet.

Modelo de Negócio: o modelo de negócio determina o produto ou serviço que uma organização produzirá ou fornecerá, o método de produção, o seu público alvo e suas fontes de receita.

Processos de apoio: os processos de apoio, como o nome diz, dão apoio aos processos de negócio ou essenciais, são focalizados na organização e não no cliente, e têm como responsabilidade viabilizar a estrutura necessária para que os processos essenciais, de negócio ou primários funcionem.

Processo eleitoral: o processo eleitoral diz respeito às fases organizativas das eleições, compreendendo também um breve período posterior. É organizado pela Justiça Eleitoral (JE), em nível municipal, estadual e federal.

Processos finalísticos: são processos de trabalho associados à atividade fim da organização ou diretamente envolvidos no atendimento às necessidades dos seus cidadãos.

Processo gerencial: garante que processos de apoio sejam bem executados, não agregam valor direto ao cliente, mas estão presentes antes, durante e após o processo. Responsável por planejar, organizar, direcionar e controlar os demais processos.

Processo Judicial eletrônico: o Processo Judicial eletrônico (PJe) é um sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a automação do Judiciário.

Objetivos estratégicos: são os desafios que a instituição deverá suplantar para conseguir implementar a sua estratégia.

Organograma: organograma é um gráfico que representa a estrutura formal de uma organização. Ou seja, é a representação gráfica clássica de uma estrutura organizacional.

Riscos: risco, em administração, designa a combinação entre a probabilidade de ocorrência de um determinado evento e os impactos resultantes, caso ele ocorra.

Storages: solução de armazenamento em TIC (Tecnologia da Informação e da Comunicação).

Visão sistêmica: capacidade de perceber e compreender o todo por meio da análise das partes que o formam.